NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia" ou "GLAI") é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, em 12 de março de 2004. A Companhia tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ("VRG") e, por intermédio de entidades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros.

Adicionalmente, a GLAI é a controladora direta das subsidiárias GAC Inc. ("GAC") e Gol Finance ("Finance") e indireta das subsidiárias SKY Finance e SKY Finance II ("SKY II") e Webjet Linhas Aéreas S.A. ("Webjet").

A GAC foi constituída em 23 de março de 2006 de acordo com as leis das Ilhas Cayman e sua atividade está relacionada com as aquisições de aeronaves para seu único acionista GLAI, que provê os recursos financeiros para suas atividades operacionais e liquidação de obrigações. A GAC é controladora das empresas SKY Finance e SKY II, constituídas em 28 de agosto de 2007 e 30 de novembro de 2009, respectivamente, ambas localizadas nas Ilhas Cayman, cuja atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. As operações da SKY Finance foram encerradas em 2010 após a liquidação da totalidade dos recursos captados pela empresa, tendo em vista que sua constituição tinha como objetivo específico estas captações.

A Finance foi constituída em 16 de março de 2006, de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

Em 9 de abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG, uma Companhia aérea de baixo custo e baixa tarifa que opera vôos domésticos e internacionais com as marcas GOL e VARIG oferecendo serviços de transporte aéreo regular e não regular entre os principais destinos no Brasil, América do Sul e Caribe.

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada VRG constituiu uma sociedade em Conta de Participação com o objetivo de desenvolver e explorar a venda a bordo de alimentos e bebidas em voos domésticos. A VRG tem participação compartilhada de 50% na sociedade, cuja operação iniciou em setembro de 2011.

Em 3 de outubro de 2011, a controlada VRG adquiriu a totalidade do capital social da Webjet, uma Companhia aérea de baixo custo e baixa tarifa com sede na cidade do Rio de Janeiro, que oferece serviços de transporte aéreo regular de passageiros no Brasil, vide detalhes da transação na nota explicativa nº 13 – Combinações de Negócios.

Em 27 de outubro de 2011, o CADE, a VRG e a Webjet celebraram Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação ("APRO"), referente à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Webjet, que tem como objetivo assegurar a reversibilidade da operação e a preservação dos ativos até decisão final a ser proferida pelo órgão. O acordo assegura a independência na gestão das duas empresas inclusive no que tange ao programa de milhagem "Smiles" da Companhia. Sem implicação na redução da capacidade da Webjet, o acordo prevê o compartilhamento de voos entre as empresas com objetivo de otimização da malha aérea e aumento de opções aos clientes.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Gov

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

ernança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

# 2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 26 de março de 2012. A sede oficial da Companhia está localizada na Rua Tamoios, 246, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB e com práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e de suas controladas diretas e indiretas estão relacionadas abaixo:

			% de participação no capital social		
	Localidade	Tipo de controle	31/12/2011	31/12/2010	
VRG	Brasil	Direto	100%	100%	
GAC Inc.	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%	
Gol Finance	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%	
Webjet	Brasil	Indireto	100%	-	
SKY Finance II	Ilhas Cayman	Indireto	100%	100%	

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com aquelas utilizadas nos exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos que a controlada VRG possui em suas sucursais no exterior (América do Sul e Estados Unidos) também são eliminados.

# b) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>

São classificados nesse grupo os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) os quais possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante de caixa e possuem um risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### c) Caixa restrito

Consistem em aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado depositados em garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo.

#### d) Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzidos nos casos de passivos financeiros dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui investimentos classificados como

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

equivalentes de caixa e aplicações financeiras classificados nesta categoria.

- ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, e as variações são reconhecidas no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.
- iii. Empréstimos e recebíveis: incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, os quais após o reconhecimento inicial são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui principalmente saldos de depósitos bancários e contas a receber classificados nesta categoria.
- iv. Disponíveis para venda: incluem os ativos financeiros não derivativos que não se qualificam nas categorias acima, mensurados pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os títulos disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com os ganhos e perdas reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido até que o investimento seja alienado e os ganhos e perdas acumulados anteriormente sejam reclassificados para o resultado. O saldo da rubrica "Aplicações Financeiras" é composto por ativos disponíveis para venda que correspondem a títulos de depósitos no exterior (*time deposits*). Esses ativos apresentam vencimentos em prazo superior a 90 dias contados a partir da data da aplicação e seus montantes estão sujeitos a variações significativas. A Companhia não possui investimentos com objetivos especulativos.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são remensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica nesta categoria os derivativos não designados como instrumento de hedge efetivo.
- ii. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são remensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nesta categoria a Companhia possui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que compreendem os arrendamentos financeiros) e as contas a pagar a fornecedores.

# e) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas com base no custo, líquidas das provisões para os créditos de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo, dado a sua natureza de curto prazo, exceto pela montante de contas a receber acima de 360 dias, classificado na rubrica de outros créditos e valores, representando menos de 1% do total de contas a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável e a provisão é constituída para todas as contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e 180 dias para vendas de Companhias aéreas parceiras.

#### f) Estoques

Os estoques são compostos principalmente por peças e materiais para manutenção e reposição, e são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, e incluem os gastos incorridos em sua aquisição e transporte até sua localização atual. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas quando as perdas são consideradas prováveis.

# g) Arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 e o IAS 17 "Arrendamento Mercantil", os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário ou atendem as seguintes condições:

- (i) o arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil:
- (ii) o arrendatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o valor justo à data em que a opção se torne exercível de forma que, no início do arrendamento mercantil, seja razoavelmente certo que a opção será exercida;
- (iii) o prazo do arrendamento mercantil é a maior parte da vida econômica do ativo mesmo que a propriedade não seja transferida;
- (iv) no início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado;
- (v) os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o arrendatário pode usálos sem grandes modificações.

Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros.

A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada ao resultado como despesa financeira. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo. As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro, que possuem opção

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

de compra ao final do contrato, são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual estimado de 20%, calculado com base em preços de mercado. Para as demais aeronaves, quando não existe uma razoável certeza de que a Companhia irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual, a depreciação considera o menor prazo entre a vida útil econômica remanescente estimada e o prazo do contrato de arrendamento.

Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado quando for certo que a transação foi estabelecida a valor justo.
- Se o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado, os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado.
- Na hipótese do preço de venda ser superior ao valor justo do bem, o valor excedente ao valor justo é diferido e amortizado durante o período em que se espera que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

Se a transação de *sale-leaseback* resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento mercantil. A Companhia não possui operações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamento mercantil financeiro.

#### h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam pagamentos cujos benefícios à empresa ocorrerão em momento posterior à data do balanço. Consistem principalmente de pré-pagamentos para arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, pagamentos de prêmios de contratos de opções, comissões de vendas a apropriar, perdas diferidas de transações de *sale-leaseback* de aeronaves e pagamentos antecipados de seguros.

#### i) Investimentos

Os investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

O saldo de investimento inclui o montante avaliado pelo método de equivalência patrimonial, o saldo de mais valia de ativos e o ágio, que nas demonstrações financeiras consolidadas está divulgado como ativo intangível.

#### <u>i)</u> <u>Imobilizado</u>

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes rotables, são registrados pelo custo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

de aquisição ou construção que incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como as peças sobressalentes adquiridas separadamente, são registrados como ativo fixo e geralmente depreciados em linha com a frota a qual estão relacionadas. Os adiantamentos para aquisição de aeronaves referem-se a pré-pagamentos efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation*.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos o contrato de arrendamento em questão.

A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº15.

De acordo com o CPC 27 e o IAS 16 - "Imobilizado", os custos referentes as grandes manutenções de motores, incluindo substituições de peças sobressalentes e mão de obra, são considerados como recomposição do bem e são capitalizados e tratados separadamente como componente do ativo imobilizado e depreciados até a próxima manutenção relevante.

Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção, incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

#### k) Ativos intangíveis

# i. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa que, nesse caso, é a controlada operacional VRG. A Administração exerce julgamento considerável para avaliar o impacto de mudanças operacionais e macroeconômicas com o objetivo de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável desse ativo. As premissas adotadas pela Companhia nos testes de redução ao valor recuperável dos ativos são consistentes com as projeções internas e planos operacionais. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

#### ii. Direitos de operações em aeroportos

Correspondem aos direitos de operações em aeroportos adquiridos quando da compra da VRG e Webjet, e foram reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

#### iii. Marcas

A marca originada pela aquisição da VRG foi capitalizada a valor justo na data da aquisição. A vida útil estimada dessa marca foi considerada indefinida, e, portanto, esse ativo não é amortizado, devido a diversos fatores e considerações, incluindo o conhecimento da marca e sua posição no mercado, e o reconhecimento e fidelização dos clientes no uso contínuo das marcas da VARIG. O valor contábil das marcas é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou quando ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

#### iv. Software

Os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware, são capitalizados separadamente e amortizados por um período não excedente a cinco anos em uma base linear.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado.

# 1) <u>Depósitos</u>

Estão representados pelos depósitos para manutenção de aeronaves e motores, depósitos em garantia e cauções de contratos de arrendamentos mercantis e depósitos judiciais, inclusive bloqueio judicial de passivos contingentes relativos a processos tributários, cíveis e trabalhistas.

Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos em dólares norte americanos realizados pela Companhia aos arrendadores das aeronaves para aplicação em eventos futuros de manutenção das aeronaves e motores. A Administração efetua análises regulares da recuperação dos depósitos de manutenção e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis.

Os depósitos são utilizados para pagamento das manutenções efetuadas, podendo ser reembolsados à Companhia e suas controladas ao término dos contratos. Os custos de manutenção são capitalizados ou reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização dos gastos de manutenção. Alguns contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos de manutenção não são reembolsáveis. Tais excessos ocorrem quando os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Os excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

Durante o segundo trimestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas alteraram a classificação dos depósitos de manutenção de ativo não monetário para monetário, uma vez que a realização desses ativos a partir de 2011 passou a ser substancialmente por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as renegociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos líquido das utilizações para manutenção é reconhecida como despesa no resultado financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para assim permitir a utilização desses recursos financeiros em outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamentos das suas controladas VRG e Webjet. Muitos dos contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção.

Depósitos em garantia e cauções de contratos de arrendamento

São representados por montantes depositados de parcelas mensais do arrendamento mercantil oferecidos a favor dos arrendadores, conforme estabelecido no início dos contratos de arrendamento. Os depósitos e cauções são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros e reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

#### m) Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para a preparação e a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e sucursais é o Real. As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente na época em que ocorrem as transações. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço e qualquer diferença resultante de conversão de moeda estrangeira é registrada na demonstração de resultado.

#### n) Contabilização de *hedge*

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteger os riscos de variações do preço de combustível, da taxa de moeda estrangeira e da taxa de juros. Os derivativos podem ser ou não designados para *hedge accounting* e, se designados , são classificados em *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

Para ser classificado como *hedge accounting*, o instrumento derivativo deve ter uma relação efetiva de proteção na compensação das mudanças de valor justo ou do fluxo de caixa do objeto de *hedge*. No início da relação do *hedge*, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos, bem como se a operação será designada para *hedge accounting*.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de proteção, o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

#### Hedge de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco de *hedge* são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### Hedge de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

No momento em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

Se a contabilização de *hedge* for descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

# o) Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o valor justo das transações com empregados liquidadas com instrumentos patrimoniais na data da outorga da opção utilizando métodos de valorização apropriados.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado, de acordo com CPC 10 (R1) — Pagamento Baseado em Ações, como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido prospectivamente nos resultados dos exercícios remanescentes, de tal forma que a despesa acumulada reflita a melhor estimativa revisada com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Remuneração Baseada em Ações" que registrou o benefício aos empregados.

# p) <u>Provisões</u>

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um acontecimento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e é possível realizar uma estimativa razoável dos montantes dessa obrigação.

Sempre que a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado quando a expectativa de que o reembolso ocorra é quase certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no lucro ou prejuízo líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

# Provisão para devolução de aeronaves e motores

Para os arrendamentos operacionais de aeronaves, a Companhia é contratualmente obrigada a devolver o equipamento em um nível pré-definido de capacidade operacional, para tanto provisiona os custos de devolução relacionados as aeronaves de acordo com as condições contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os custos de provisões para devolução de aeronaves são estimados com base em gastos relacionados a reconfiguração da aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc, conforme cláusulas contratuais de devolução.

As provisões para devolução de motores são estimadas com base na verificação e condições mínima contratuais que o equipamento deve ser devolvido para o *lessor* observando não apenas os custos histórico incorridos como as condições dos equipamentos no momento da avaliação.

#### Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

A provisão para contratos onerosos refere-se às perdas com contratos de arrendamentos mercantis operacionais das aeronaves que se encontram fora de operação. A provisão corresponde ao valor líquido entre o valor presente das parcelas dos respectivos arrendamentos e a receita esperada pela utilização dessas aeronaves na operação ou por meio de subarrendamentos, quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados.

#### Provisão para seguros

A Administração mantém cobertura de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento, com base nos dispositivos exigidos da Lei nº. 10.744/03.

# Demais provisões

São substancialmente relacionadas a processos judiciais e são constituídas para perdas, consideradas prováveis, no julgamento da Administração, relacionadas às causas trabalhistas, cíveis e tributárias, esta última apresentada na rubrica de obrigações fiscais em caso de existência e de obrigação legal.

#### q) Reconhecimento de receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o serviço de transporte aéreo é efetivamente prestado ao passageiro. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar, representando uma receita diferida dos bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquido dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia (*breakage*), ou seja, da expectativa de bilhetes que expiram sem utilização com base em dados históricos.

O *breakage* consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, dos bilhetes em aberto (passageiros a transportar) que, terão grande probabilidade de não voar. Periodicamente a Companhia registra uma atualização da receita diferida baseada nos bilhetes efetivamente vencidos e expirados.

O saldo de receita diferida também refere-se aos bilhetes remarcados pelos passageiros .

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas incluem serviços fretados, venda de milhas, serviços de venda à bordo, tarifas de troca de bilhete

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

e outros serviços adicionais e são reconhecidas quando o serviço é realizado.

# r) <u>Programa de milhagem</u>

Desde a aquisição da VRG, a Companhia opera um programa de milhagem denominado Smiles ("Programa Smiles"), que consiste principalmente no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens. As obrigações assumidas decorrentes do Programa Smiles foram avaliadas na data de aquisição da VRG ao valor justo que representava o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas que se esperava que fossem resgatadas no Programa Smiles.

O valor justo dos créditos de milhas, líquido de estimativa de não utilização de milhas (*breakage*) é determinado pela média ponderada de acordo com (i) o valor médio cobrado por assento pela VRG as Companhias aéreas parceiras que participam do programa de fidelidade Smiles dividido pela quantidade de milhas necessárias para emissão de um bilhete com a utilização de milhas e; (ii) o valor médio de venda de milhas para as Companhias aéreas que participam do programa de fidelidade Smiles. Esse valor justo é atualizado semestralmente.

As milhas concedidas são valorizadas pelo valor justo descrito anteriormente e as milhas resgatadas são baixadas para transportes a executar de milhas com base no valor médio ponderado do saldo das milhas que haviam sido diferidas. A receita é reconhecida quando o transporte é executado na rubrica de transporte de passageiros e a parcela da receita referente à venda de milhas acima do valor justo das milhas como receita de marketing (na rubrica de outras receitas).

A política da Companhia é cancelar todas as milhas contidas nas contas dos consumidores após 3 anos e 11 meses. O valor associado aos créditos de milhagem que são estimados para que sejam cancelados é reconhecido como receita. A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa.

#### s) Informações por segmento

O CPC 22 e IFRS 8 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia possuem origem em suas controladas VRG e Webjet e consiste na prestação de serviços de transporte aéreo na América do Sul e Caribe, operando voos domésticos e internacionais. A Administração da Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, programa de milhagens Smiles, vendas a prazo, excesso de bagagem, multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados à serviços de transporte aéreo.

Com base na forma como a empresa trata seus negócios e da maneira como as decisões de alocação de recursos são feitas, a Companhia possui apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro. As informações por segmento primárias da Companhia compreendem a receita líquida por segmento geográfico conforme descrito na nota explicativa nº 25.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### t) Imposto de renda e contribuição social

#### i. Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui os efeitos do Regime Tributário de Transição (RTT) e as receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada controlada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda corrente relacionado aos itens registrados diretamente no patrimônio líquido é registrado também no patrimônio líquido, e não no resultado do exercício.

#### ii. Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O valor contábil do imposto de renda diferido é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal. O imposto de renda diferido ativo não reconhecido é reavaliado a cada data do balanço e é reconhecido até a extensão em que o lucro tributável futuro permita que o imposto de renda diferido possa ser recuperável.

Impostos de renda ativos e passivos diferidos são determinados, considerando as alíquotas e as leis fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço e que se espera sejam aplicadas quando o respectivo ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

# u) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Estas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e de diversos outros fatores que se supõem ser razoáveis em função das circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas numa base prospectiva. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revista. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de provocar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### i. Deterioração de ativos não financeiros

A Companhia avalia se existe algum indicador de perda a valor recuperável de todos seus ativos não financeiros a cada data de balanço. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa, foram determinados pelo cálculo de seu valor em uso. O valor em uso é determinado utilizando premissas de fluxo de caixa descontado estabelecidos pela Administração.

Outros ativos não financeiros são testados para perda ao valor recuperável quando existirem indicadores de que os valores contábeis não possam ser recuperados.

#### ii. Deterioração de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classifica alguns de seus ativos financeiros como disponíveis para venda e reconhece as mudanças em seu valor justo no patrimônio líquido. Quando o valor justo cai, a Administração faz avaliações sobre o declínio em seu valor para determinar se a perda econômica em seu valor deverá ser reconhecida na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não tinha saldos classificados como de ativos financeiros disponíveis para venda.

# iii. Imposto de Renda

A Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis. Entretanto, reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da administração. As provisões são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas.

#### iv. Ativo Imobilizado

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação desse ativo ter sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

#### v) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

# w) Combinações de negócios a partir de 1 de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram avaliados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo.

Se a contraprestação for menor dos que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

# x) Normas e interpretações novas e revisadas em 2011

- i. Novas normas, interpretações e revisões emitidas e adotadas em 2011:
- IFRIC 13, Programas de Fidelização de clientes em que o significado de "valor justo" é clarificado no contexto de medição de créditos de prêmio em programas de fidelização de clientes, é relevante e efetivo para Companhia e suas controladas para a adoção inicial no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. A aplicação da orientação não resulta em qualquer impacto sobre a posição financeira e resultados das operações desde que a Companhia já esteja considerando as exigências do IFRIC 13 na mensuração do justo valor dos seus créditos de prêmio.
- IFRIC 19, Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. Aplicável a partir de 01 de julho de 2010.
- IAS 32, Instrumentos Financeiros O objetivo desta norma é o de estabelecer princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou situação líquida e para a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros. Os princípios estabelecidos nesta norma complementam os princípios para o reconhecimento e a mensuração de ativos financeiros e de passivos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

enunciados na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, bem como os princípios para a divulgação de informação sobre os mesmos enunciados na IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Aplicável a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Alteração ao IFRIC 14 IAS 19 Limite de Ativos de Benefício Definido Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, em que há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em certas circunstâncias são reconhecidos como ativo e não como despesa. Esta norma não teve qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011.
- Alteração ao IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações sobre transações de baixa no reconhecimento Esta alteração promoverá a transparência na divulgação das transações de transferência e melhorará o entendimento do usuário sobre a exposição ao risco associado a transferências de ativos financeiros, bem como sobre o efeito desses riscos na posição financeira da entidade, particularmente daqueles envolvendo securitização de ativos financeiros. Esta norma afetará divulgações futuras na medida em que houver transferência de ativos financeiros. Aplicável a partir de 1º de julho de 2011.
- Alteração ao IAS 12 Impostos sobre Renda sobre tributos diferidos. Atualmente, o IAS 12 "Impostos sobre Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda. No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será por uso ou venda. Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração a IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 "Impostos sobre Renda Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para a Companhia considerando suas operações atuais. Aplicável a partir de 1º de julho de 2011.
- ii. Normas novas, alterações e interpretações emitidas em 2011 e aplicáveis em exercícios futuros:
- Alteração ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras com relação a outros resultados abrangentes A principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A Companhia está avaliando o impacto desta norma nas suas divulgações. Aplicável a partir de 1º de julho de 2012.
- IFRS 13 Mensuração de valor justo, emitido em maio de 2011 O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia está em processo de avaliação se o IFRS 13 terá algum impacto sobre a forma de como o valor justo é determinado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando as divulgações adicionais que serão necessárias, como resultado do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 Acordos em conjunto, emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas –Apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para a Companhia considerando suas operações atuais. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 19 Benefícios a empregados alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 2.3 Reapresentação do saldo de abertura por correção de erro

Em abril de 2011, a Companhia conclui a implantação do módulo de reconhecimento de receita do novo sistema de controle e contabilização de receita (ARACS) em complemento ao seu sistema de reservas New Skies. Como consequência a esta implantação, a Companhia identificou uma diferença no saldo de receita diferida de transportes a executar apurada de acordo com o novo sistema e o montante histórico reconhecido nas demonstrações financeiras. O montante total do erro apurado e reconhecido inicialmente como redutor da receita no 1º trimestre de 2011, foi de R\$56.760 (R\$37.462, líquido dos efeitos tributários) e estava relacionado ao reconhecimento de receita de vendas interline.

As vendas de passagens interline são vendas da Companhia para outras companhias aéreas de acordo com os contratos específicos denominados contratos de interline. De acordo com esses contratos, uma companhia aérea pode utilizar o sistema de reserva da Companhia para seus segmentos locais e pagar um preço previamente contratado. A Companhia iniciou em 2008 as transações com interlines e desde então o volume dessas operações vem aumentando a cada ano. Com a implantação do novo sistema, a Companhia entendeu que a receita diferida de interline estava sendo registrada conforme o preço contratual, mas a baixa para receita de passageiros era feita com base no preço regular dos bilhetes. Consequentemente, o montante apurado da diferença poderia ser uma supervalorização ou subvalorização da receita, dependendo da diferença entre os preços dos contratos interline e os respectivos preços dos bilhetes.

No entanto, devido a certas limitações do sistema de reserva relativas à capacidade de reprocessamento de dados históricos, a Companhia não é capaz de alocar esse erro para os períodos em que ocorreram, ou seja, aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2011. A partir do 1º trimestre de 2011 essa deficiência sistêmica foi remediada com a finalização da implantação do novo sistema de receita.

Após algumas considerações, a Companhia concluiu que o mais adequado seria refletir este ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 01 de janeiro de 2011, de acordo com o parágrafo 44 da Deliberação CVM no 592/09, "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" e o a IAS 8, "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors.

	Previamente reportado	Reapresentado	Previamente reportado	Reapresentado	Previamente reportado	Reapresentado
	9 meses findos	em 31/09/2011	6 meses findos	em 30/06/2011	3 meses findos	em 31/03/2011
Receita de passageiros	4.658.245	4.715.005	3.025.673	3.082.433	1.647.088	1.703.848
Despesa com IR e CS corrente (*)	(2.888)	(22.186)	(308)	(19.606)	(4.102)	(23.400)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(843.269)	(805.807)	(326.769)	(289.307)	31.934	69.396
Lucro (prejuízo) básico por ação	(3,12)	(2,98)	(1,20)	(1,07)	0,12	0,26
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(3,12)	(2,98)	(1,20)	(1,07)	0,12	0,26

<sup>(\*)</sup> imposto de renda e contribuição social correntes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e depósitos bancários	13.406	103.988	157.452	194.493
Equivalentes de caixa	218.979	125.448	1.072.835	1.761.365
	232.385	229.436	1.230.287	1.955.858

Em 31 de dezembro de 2011, os equivalentes de caixa eram representados por títulos privados (CDBs – Certificados de Depósito Bancário), títulos públicos, sendo eles NTN – Notas do Tesouro Nacional, LTN-Letra do Tesouro Nacional, LFT – Letra Financeira do Tesouro, operações compromissadas e fundos de renda fixa, remunerados a taxas pós- fixadas que variam entre 98,5% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011 31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	
Títulos privados (CDBs)	218.979	125.448	284.911	678.253	
Títulos públicos (NTN, LTN e LFT)	-	-	787.605	245.186	
Fundos de investimento			319	837.926	
	218.979	125.448	1.072.835	1.761.365	

Essas aplicações financeiras apresentam alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com vencimentos inferior a 90 dias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia resgatou parte de seus títulos privados e, mediante sua estratégia de investimentos visando uma maior rentabilidade, aumentou sua posição em títulos públicos.

# 4. Caixa Restrito

Em 31 de dezembro de 2011, o caixa restrito no circulante estava representado, em sua totalidade, pelo depósito atualizado em conta bloqueada, realizado em 8 de agosto de 2011, referente á compra da Webjet. Vide a nota explicativa nº 13.

O caixa restrito no não circulante no montante de R\$100.541, em 31 de dezembro de 2011 estava representado por:

- depósitos de margem, em dólar norte americanos, vinculados a operações de *hedge*, remuneradas à taxa overnight (remuneração média de 0,14% a.a.), no montante de R\$82.996 (em 31 de dezembro de 2010, os depósitos de margem foram resgatados e substituídos por uma carta fiança no valor de R\$100.000 cujo vencimento foi em setembro de 2011).
- depósitos de margem de garantia vinculados ao empréstimo do Banco Nacional de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aplicados em fundos DI e remunerados a taxa média ponderada de 98,5% do CDI, no montante de R\$8.591.

- depósitos em garantia, representado por carta fiança no banco Safra, no montante de R\$8.471.
- outros no montante de R\$483.

Em abril de 2011, a Companhia resgatou CDB com o Banco Santander no montante de R\$25.000, em aberto em 31 de dezembro de 2010, os quais eram garantia do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), substituído por alienação fiduciária de motores.

# 5. Aplicações financeiras

	Controladora (BRGAAP)		Consolio (IFRS e BR	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Títulos privados			12.071	-
Títulos públicos	-	-	124.400	-
Fundos de investimento	69.885	-	872.597	2.816
Títulos de créditos no exterior		19.790	<u> </u>	19.790
	69.885	19.790	1.009.068	22.606

Os títulos privados são compostos por CDBs ("Certificados de Depósito Bancário"), com vencimentos até setembro de 2013 e liquidez imediata, remunerados á 102% da taxa CDI.

Os títulos públicos são compostos por LTN ("Letra do Tesouro Nacional"), LTNO ("Letra do Tesouro Nacional pré-fixado") e NTN-B ("Indexado ao IPCA"), com vencimentos imediatos, remunerados à taxa media variável de 11,12% ao ano.

Os fundos de investimentos estão representados basicamente, pelos títulos públicos LTN, LFT, NTN, CDBs e Debêntures.

Os títulos de créditos no exterior (*time deposits*) foram provisionados em sua totalidade em virtude da verificação de perda no valor do lastro do instrumento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia resgatou parte de seus títulos privados e, mediante sua estratégia de investimentos visando maior rentabilidade, aumentou sua posição em títulos públicos.

# 6. Contas a receber

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011	31/12/2010	
Moeda nacional			
Administradoras de cartões de crédito	100.214	90.612	
Agências de viagens	185.544	149.393	
Vendas parceladas	47.189	51.253	
Agências de cargas	37.460	20.582	
Companhias aéreas parceiras	17.031	16.608	
Outros	35.077	27.491	
	422.515	355.939	
Moeda estrangeira			
Administradoras de cartões de crédito	9.228	5.855	
Agências de viagens	6.833	3.935	
Agências de cargas	301	141	
	16.362	9.931	
	438.877	365.870	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(83.610)	(60.127)	
	355.267	305.743	
Circulante	354.134	303.054	
Não circulante (*)	1.133	2.689	

<sup>(\*)</sup> A parcela de contas a receber de longo prazo está registrada na rubrica de outros créditos e valores, no ativo não circulante e corresponde às vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, com vencimento superior a 360 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011	31/12/2010	
Saldo no início do exercício	(60.127)	(52.399)	
Adições	(35.849)	(27.689)	
Adições provenientes da aquisição da Webjet	(3.376)	-	
Montantes incobráveis	3.304	5.623	
Recuperações	12.438	14.338	
Saldo no final do exercício	(83.610)	(60.127)	

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011	31/12/2010	
A vencer (até 360 dias)	315.883	270.286	
A vencer (após 360 dias)	1.133	2.689	
Vencidas até 30 dias	20.618	19.091	
Vencidas de 31 a 60 dias	7.507	4.128	
Vencidas de 61 a 90 dias	4.954	5.533	
Vencidas de 91 a 180 dias	11.754	8.041	
Vencidas de 181 a 360 dias	15.307	7.052	
Vencidas acima de 360 dias	61.721	49.050	
	438.877	365.870	

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de nove meses e são cobrados juros mensais de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

5,99% sobre o saldo a receber, que são contabilizados no resultado financeiro. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 108 dias.

Em 31 de dezembro de 2011, a circulação de recebíveis de agências de viagem no montante mínimo de R\$16.000 (R\$24.300 em 31 de dezembro de 2010), e garantias firmes de 30% da carteira de recebíveis da administradora de cartões de crédito, estão vinculadas a garantias de títulos do contrato de empréstimo com o banco BNDES.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, 30% do montante de recebíveis provenientes de administradoras de cartão de crédito está vinculado a garantias do contrato com o Banco Safra captado pela controlada indireta Webjet.

# 7. Estoques

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011	31/12/2010	
Materiais de consumo	20.148	16.702	
Peças e materiais de manutenção	127.080	117.740	
Adiantamentos a fornecedores	12.725	43.725	
Importações em andamento	1.612	1.885	
Outros	7.658	7.942	
Provisão para obsolescência	(18.200)	(17.004)	
	151.023	170.990	

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011 31/12/2010		
Saldos no início do exercício	<b>(17.004)</b> (8.602)		
Adições	<b>(52.233)</b> (44.426)		
Adições provenientes da aquisição da Webjet	(13)	-	
Baixas	51.050	36.024	
Saldos no final do exercício	(18.200)	(17.004)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 8. Impostos diferidos e a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos a recuperar:				
Ativo circulante				
ICMS (1)	-	-	13.222	7.039
Antecipações de IRPJ e CSSL (2)	37.784	32.187	77.679	35.186
IRRF <sup>(3)</sup>	1.922	2.507	16.584	8.548
PIS e COFINS (4)	-	-	54.085	-
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	26.791	17.334
Imposto de valor agregado recuperável – IVA (5)	-	-	4.242	3.512
Imposto de renda sobre importações	275	177	17.740	15.805
Outros	-	30	2.655	719
Total dos impostos a recuperar	39.981	34.901	212.998	88.143
Impostos diferidos:				
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais	33.121	15.166	427.167	340.055
Base negativa de contribuição social	11.923	5.460	153.780	122.420
Diferenças temporárias:				
Programa de milhagem	-	-	97.483	70.603
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros			62.317	
créditos	-	-	02.317	47.315
Provisão para perda aquisição da VRG			143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	-	-	57.151	44.556
Devolução de aeronaves	-	-	22.089	11.318
Operações com derivativos não liquidados	-	-	65.377	-
Efeitos de aquisição da Webjet	-	-	7.086	-
Outros	93	93	51.190	37.928
Total do imposto diferido ativo não circulante	45.137	20.719	1.086.990	817.545
Passivo não circulante				
Diferenças temporárias				
Marcas	-	-	21.457	21.457
Direitos de voo	-	-	353.226	190.686
Depósitos de manutenção	-	-	101.630	155.266
Depreciação de motores e peças de manutenção de				
aeronaves	-	-	140.677	115.098
Estorno da amortização do ágio	-	-	76.596	51.064
Operações de derivativos não liquidados			28.525	5.454
Operações de leasing de aeronaves	-	-	26.902	94.950
Outros		<u>-</u>	14.692	8.210
Total do imposto diferido passivo não circulante			763.705	642.185

<sup>(1)</sup> ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.

A controlada VRG revisou, durante o quarto trimestre de 2011, os critérios utilizados para apuração das contribuições para o PIS e COFINS. Por mudança do regime de tributação, alteração do percentual da proporcionalidade obtida sobre as receitas sujeitas a tributação cumulativa e não cumulativa aplicada sobre custos e despesas com direito a crédito e tributos pagos a maior e/ou insuficiências em períodos anteriores, reconheceu crédito de R\$52.334. Sendo R\$34.608 como redutor de custos de combustíveis e outros serviços com direito a crédito, R\$21.739 reduzindo as despesas de PIS e COFINS incidentes sobre a receita e R\$4.013 de despesas com juros e multa.

<sup>(2)</sup> IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável.

CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais.

<sup>(3)</sup> IRRF: retenção do imposto de renda aplicável em determinadas operações domésticas, tais como pagamento de taxas para alguns prestadores de serviço, pagamento de salários e rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários.

<sup>(4)</sup> PIS/COFINS: Contribuições para Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

<sup>(5)</sup> IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços no exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia e sua controlada VRG têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

Controlada direta (VRG) e

	Controladora	a (GLAI)	indireta (	` ′
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo fiscal	258.268	264.920	1.887.267	1.299.555
Base negativa de contribuição social	258.268	264.920	1.887.267	1.299.555

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos reconhecidos.

A GLAI, sua controlada VRG e sua controlada indireta Webjet tem o montante total de créditos fiscais de R\$729.482, entretanto reconheceu uma provisão para perda de R\$148.535 para os créditos que não tem perspectiva de realização em um futuro imediato.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(772.105)	203.618	(1.000.418)	386.496
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	262.516	(69.230)	340.141	(131.409)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(176.213)	99.437	-	-
Resultado das subsidiárias integrais	(37.969)	(26.283)	(47.522)	(26.283)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	(5.093)	(8.411)	20.117	(6.673)
Despesas não dedutíveis (receitas não tributáveis)	(2.817)	(1.416)	(39.878)	(19.484)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(44.275)	4.872	(48.396)	(61)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base				
negativa não reconhecido de exercícios anteriores	24.418	11.610	24.418	11.611
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	20.567	10.579	248.880	(172.299)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.433)	(1.032)	(5.791)	(53.855)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.000	11.611	254.671	(118.444)
	20.567	10.579	248.880	(172.299)

# 9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado		
	(BR GAAP) (IFRS e BR C			R GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Perdas diferidas de transações de					
Sale leaseback de aeronaves (a)	-	-	54.201	63.574	
Pagamentos de prêmios de hedge	-	4.492	11.572	23.334	
Pré-pagamentos de arrendamentos	-	-	30.382	33.322	
Pré-pagamentos de seguros	136	639	22.775	27.860	
Pré-pagamentos de comissões	-	-	13.020	16.628	
Outros	-	-	6.811	5.665	
	136	5.131	138.761	170.383	
Circulante	136	5.131	93.797	116.182	
Não circulante			44.964	54.201	

Cantualadana

Consolidado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(a) Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves no montante de R\$89.337. Estas perdas estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na nota explicativa nº 27b.

# 10. Depósitos

#### Controladora

# Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados, e são corrigidos pela taxa SELIC. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011, registrado no ativo não circulante totalizavam R\$12.065 (R\$7.550 em 31 de dezembro de 2010).

#### Consolidado

#### Depósitos de manutenção

A Companhia e suas controladas VRG e Webjet efetuaram depósitos em dólar para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia e suas controladas, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia e suas controladas detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente.

Com base nas análises regulares de recuperação dos depósitos, a Administração acredita que os valores refletidos no balanço consolidado são recuperáveis, não havendo indicadores de deterioração dos depósitos de manutenção, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 classificado no ativo circulante e não circulante era de R\$35.082 e R\$323.062, respectivamente (R\$456.666 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

# Depósitos de garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia e suas controladas realizam depósitos em garantia, em dólar às empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$96.983 (R\$127.963 em 31 de dezembro de 2010).

#### Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados, e são corrigidos pela taxa SELIC. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011, registrado no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

ativo não circulante totalizavam R\$175.472 (R\$130.748 em 31 de dezembro de 2010).

# 11. Transações com partes relacionadas

# Contratos de mútuos - ativo não circulante- Controladora

A Companhia e a GAC mantém mútuos, ativos e passivos, com a VRG, sem previsão de juros, vencimento, avais e garantias, conforme quadro abaixo:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
GLAI com VRG	48.514	84.786	-	-
GAC com VRG (a)	71.280	117.404	222.725	133.376
Finance com VRG (a)	474.023	414.416		<u> </u>
	593.817	616.606	222.725	133.376

(a) os valores de que a Companhia mantém com as controladas GAC e Finance, controladas no exterior, sofrem variação cambial.

# Serviços gráficos, de transportes e de consultoria

A controlada VRG mantém contrato com a empresa ligada Breda Transportes e Serviços S.A. para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, com vencimento em 31 de maio de 2012, podendo ser renovado a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

A controlada VRG mantém ainda contrato com as empresas ligadas Expresso União Ltda. e Serviços Gráficos Ltda., para a prestação de serviços de transporte de colaboradores e serviços gráficos, com vigência até 16 de setembro de 2012 e 18 de fevereiro de 2012, respectivamente.

A controlada VRG, mantém, também contratos para a exploração de franquias Gollog pela empresa ligada União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., com prazo de vigência de 60 meses.

A controladora VRG mantém ainda contratos com a empresa ligada Vaud Participações S.A para prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência de dois anos a partir de outubro de 2010.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esses de serviços de R\$11.101 (R\$8.621 em 31 de dezembro de 2010). As entidades mencionadas acima pertencem ao mesmo grupo econômico.

#### Locação de imóvel

A VRG é locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246 em São Paulo – SP, pertencente a empresa Patrimony Administradora de Bens controlada pela Comporte Participações S.A., empresa que pertence ao mesmo acionista da Companhia, cujo contrato tem vencimento em 04 de abril de 2012. A cláusula de reajuste do contrato é anual, com base no IGP-M. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a VRG reconheceu uma despesa total referente a essa locação de R\$559 (R\$361 em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### Acordo Comercial com Unidas Rent a Car

Em 31 de dezembro de 2011, a VRG permanecia com um acordo comercial com a Unidas Rent a Car, uma empresa brasileira de aluguel de carros que fornece a seus clientes um desconto de 50% no valor das diárias de aluguel, quando compram bilhetes de voos operados pela controlada VRG por meio de seu website, assinado em maio de 2009. Este contrato passou a ser desconsiderado como parte relacionada em 20 de junho de 2011 com o desligamento do Sr. Álvaro de Souza, presidente do Conselho de Administração da GLAI, como membro do conselho da Unidas Rent a Car.

# <u>Contratos de Abertura de Conta UATP (Universal Air Transportation Plan) com Concessão de Limite de Crédito</u>

Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. O objeto contratado é a emissão de contas UATP (*Universal Air Transportation Plan*). A VRG concedeu crédito para partes relacionadas, de R\$20 e R\$40, respectivamente, para a utilização no sistema UATP. Este sistema pode ser utilizado como de pagamento para contratação de serviços aéreos nacionais e internacionais com todos os membros participantes. A VRG utiliza o sistema UATP que é operado e mantido pela indústria aérea internacional e busca simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento de viagens aéreas e outros serviços relacionados.

# Contas a pagar – passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo a pagar às empresas ligadas no valor de R\$1.198 (R\$230 em 31 de Dezembro de 2010) está incluso no saldo de fornecedores e refere-se substancialmente ao pagamento à Breda Transportes e Serviços S.A. sobre os serviços de transporte de passageiros.

# Remuneração do pessoal-chave da Administração

	31/12/2011	31/12/2010
Salários e benefícios	15.260	22.516
Encargos sociais	5.569	6.833
Remuneração baseada em ações	17.760	24.743
Total	38.589	54.092

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

#### Remuneração baseada em ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de compra de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas até 2009, as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% ao ano e podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

Em função de alterações promovidas no Plano de Opção de Compra de ações da Companhia, aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, nos planos outorgados a partir de 2010, as opções se tornam exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes planos também poderão ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações						
	2005	2006	2007	2008	2009 (a)	2010 (b)	2011
	9 de	2 de	31 de	20 de	4 de	2 de	20 de
Data da reunião do Conselho de	dezembro	janeiro de	dezembro	dezembro	fevereiro	fevereiro	dezembro
Administração	de 2004	2006	de 2006	de 2007	de 2009	de 2010	de 2010
Total de opções outorgadas	87.418	99.816	113.379	190.296	1.142.473	2.774.640	2.722.444
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46	10,52	20,65	27,83
Valor justo médio da opção na							
data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27	8,53	16,81	16,01(c)
Volatilidade estimada do preço							
da ação	32,52%	39,87%	46,54%	40,95%	76,91%	77,95%	44,55%
Dividendo esperado	0,84%	0,93%	0,98%	0,86%	-	2,73%	0,47%
Taxa de retorno livre de risco	17,23%	18,00%	13,19%	11,18%	12,66%	8,65%	10,25%
Duração da opção (em anos)	10	10	10	10	10	10	10

em abril de 2010, foram outorgadas 216.673 em complemento ao plano de 2009.

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	3.476.684	20,56
Concedidas	2.722.444	16,07
Exercidas	(49.836)	15,10
Ajuste na estimativa de direitos perdidos e desligamentos	(1.528.100)	22,25
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	4.621.192	24,34
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	955.975	22,88
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011	1.784.759	23,89

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011 estão sumariadas abaixo:

Opções em circulação			Opções e	xercíveis	
Intervalo de preços de exercício	Opções em circulação	Maturidade remanescente media em anos	Preço de exercício médio	Opções exercíveis	Preço de exercício médio
33,06	31.222	4	33,06	31.222	33,06
47,30	37.960	5	47,30	37.960	47,30
65,85	38.199	6	65,85	38.199	65,85
45,46	89.243	7	45,46	71.394	45,46
10,52	360.842	8	10,52	216.505	10,52
20,65	1.922.446	9	20,65	961.223	20,65
27,83	2.141.280	10	27,83	428.256	27,83
10,52-65,85	4.621.192	9,26	24,34	1.784.759	23,89

<sup>(</sup>b)

em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894, referente ao plano de 2010.

o valor justo calculado para a plano de 2011, foi 16,92, 16,11, e 15,17 para os respectivos períodos de vesting (2011, 2012 e 2013).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$24.875 (R\$24.743 para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2010), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

#### 12. Investimentos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 à Lei 6.404/76, os investimentos em empresas controladas no exterior, GAC e Finance foram considerados na essência uma extensão da controlada GLAI e somadas linha a linha com a controladora GLAI, sendo considerado como investimento apenas a controlada VRG.

As movimentações do investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.417.133
Resultado de equivalência patrimonial	292.463
Resultados não realizados de hedge (VRG)	8.633
Ganhos diferidos, líquidos com sale leaseback (a)	32.494
Saldos em 31 de dezembro de 2010 - Investimento	2.750.723
Ajuste no patrimônio líquido da controlada – Nota 2.3	(37.462)
Resultado de equivalência patrimonial	(518.274)
Perdas não realizados de hedge (VRG)	(89.853)
Amortização de perdas, líquidas com sale leaseback (a)	(1.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Investimento	2.103.325

(a) A controlada GAC possui saldo líquido de perdas e ganhos diferidas com *sale leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento das parcelas contratuais efetuadas pela sua controlada VRG. Dessa forma em 31 de dezembro de 2011, o saldo líquido a ser diferido de R\$30.685 (R\$32.494 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010) é, na essência, parte do investimento líquido da controladora na VRG. Vide nota explicativa n° 27 b.

A controlada VRG não possui ações negociadas em bolsa. As informações relevantes sobre a VRG estão sumariadas a seguir:

	Quantidade total de ações	Participação %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
31/12/10	3.002.248.156	100%	2.294.191	2.718.229	292.463
31/12/11	3.002.248.156	100%	2.294.191	2.072.640	(518.274)

Em 03 de outubro de 2011 a Companhia, através da VRG, adquiriu controle indireto de 100% do capital da Webjet, maiores detalhes vide nota explicativa n°13, de combinação de negócios.

A controlada Webjet não possui ações negociadas em bolsa. As informações sobre a Webjet estão sumariadas a seguir:

	Quantidade	Participação	Capital	Patrimônio	Lucro (prejuízo)
	total de ações	%	social	líquido	líquido
31/12/11	85.100.000	100%	220.432	(197.983)	(28.092)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 13. Combinações de negócios

Em 3 de outubro de 2011, a controlada VRG adquiriu a totalidade do capital social da Webjet, Companhia aérea com sede na cidade do Rio de Janeiro, que oferece serviços de transporte aéreo regular de passageiros, possui uma frota com vinte e quatro aeronaves Boeing 737-300, tem presença em 16 cidades do país e realiza, aproximadamente, 1.000 voos semanais pelo preço de R\$43.443.

Em 27 de fevereiro de 2011, após, a conclusão da auditoria do balanço de fechamento na data da compra, o preço provisório de R\$70.000 foi reduzido em R\$26.557 e ajustado conforme previsto no contrato para R\$43.443. O valor de R\$7.000 atualizados e depositados em conta bloqueada será liberado em favor da Companhia e o valor de R\$19.557, já transferido aos antigos acionistas controladores da Webjet a título de contraprestação, foi registrado na rubrica de outros créditos em razão do acordo entre as partes conferir à Companhia o direito de reaver parte da contraprestação a maior determinada conforme as condições contratuais específicas.

A aquisição da Webjet teve por objetivo fortalecer a atuação da Companhia no mercado doméstico, aumentando sua participação nos principais aeroportos brasileiros, principalmente nos aeroportos de Guarulhos em São Paulo e Santos Dumont no Rio de Janeiro para atender a demanda da crescente classe média, dando continuidade à sua missão de popularizar o transporte aéreo e atuar como uma das Companhias líderes no segmento de aviação de baixo custo.

A operação encontra-se sob análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e até que ocorra a aprovação, as duas empresas seguirão operando como unidades distintas.

O valor justo provisório dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis, na data da aquisição em 3 de outubro de 2011, são os seguintes:

	Balanço de abertura 03/10/2011	Ajustes	Balanço de abertura ajustado 03/10/2011
ATIVO	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Caixa e equivalentes de caixa	9.556	-	9.556
Contas a receber	159.403	-	159.403
Estoques (i)	6.696	(3.061)	3.635
Depósitos	65.204	-	65.204
Despesas antecipadas	9.197	-	9.197
Impostos a recuperar	10.211	-	10.211
Outros	1.607	-	1.607
Impostos diferidos	-	7.086	7.086
Imobilizado (i)	71.592	(4.624)	66.968
Intangível (ii)	209	478.057	478.266
	333.675	477.458	811.133
PASSIVO			
Empréstimos e financiamentos	224.403	-	224.403
Fornecedores	74.064	-	74.064
Obrigações trabalhistas	21.791	-	21.791
Obrigações fiscais	5.101	-	5.101
Taxas e tarifas aeroportuarias	25.796	-	25.796
Transportes a executar	92.154	-	92.154
Provisões (iii)	39.662	13.158	52.820
Outras obrigações	18.349	-	18.349
Impostos diferidos	-	162.539	162.539
Processos judiciais (iv)	2.245		2.245

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	503.565	175.697	679.262
Acervo líquido adquirido da Webjet			131.871
(-) Preço de compra ajustado			(43.443)
Deságio apurado na aquisição			88.428

- (i) Os valores justos dos estoques e do ativo imobilizado foram realizados por empresa terceirizada especializada na avaliação de ativos. A empresa realizou inventário das aeronaves, dos itens rotáveis, reparáveis e consumíveis e valorizou individualmente cada item de acordo com sua condição física de uso.
- (ii) A Companhia reconheceu o valor justo dos direitos de operação nos aeroportos de Guarulhos em São Paulo (22 direitos de operação de voo) e Santos Dumont no Rio de Janeiro (14 direitos de operação de voo) na rubrica intangível. Estes direitos foram avaliados com base nos fluxos de caixa futuros descontados dos intangíveis adquiridos. Os demais ativos intangíveis como marcas, acordos de não competição, lista de clientes e outros foram avaliados e não se qualificaram para o reconhecimento contábil, conforme definido pela norma contábil.
- (iii) O valor justo dos contratos de arrendamento operacional apresentaram condições desfavoráveis, o que acarretou no reconhecimento dos contratos onerosos, que pode ocorrer no momento da negociação das devoluções das aeronaves.
- (iv) A Companhia não obteve todas as informações necessárias para mensurar com confiabilidade o valor justo de passivos contingentes da empresa adquirida, para os quais possui garantias contratuais dos antigos acionistas sem limitação de valores por um prazo de 5 anos.

A aquisição da controlada indireta foi contabilizada segundo método de aquisição de acordo com o *IFRS* 3R e CPC 15 e o ganho decorrente do deságio no montante de R\$88.428 foi registrado na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas), operacionais, não sendo tributado por se tratar de diferença permanente de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT).

A Administração espera finalizar a avaliação de determinados ativos, incluindo os ativos intangíveis e passivos, bem como o efeito dos impostos diferidos até 02 de outubro de 2012.

O deságio gerado pela compra decorre do reconhecimento do valor dos intangíveis não registrados nos livros contábeis da adquirida, representados pelos direitos de uso dos aeroportos de Guarulhos e Santos Dumont, que estão entre os aeroportos mais movimentados do país, e cuja valorização é consequência do expressivo crescimento da demanda e do fluxo de passageiros nas viagens domésticas nos próximos anos, aliado a expectativa da Administração de recuperação de rentabilidade das operações nesses aeroportos.

Desde a aquisição, até 31 de dezembro de 2011, o resultado da Companhia foi impactado em R\$28.092 pelos prejuízos apurados pela Webjet.

Os custos da transação, no total de R\$2.362, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica de outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

# 14. Resultado (lucro ou prejuízo) por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e preferênciais quanto aos direitos de voto e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

preferências em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não dão direito ao recebimento de nenhum dividendo fixo. Em vez disso, os acionistas preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação no mesmo valor dos dividendos por ação pagos aos detentores de ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que, substancialmente, não há diferença entre ações preferenciais e ordinárias e, portanto, a forma do cálculo do lucro ou prejuízo por ação, básico e diluído, deve ser a mesma para os dois tipos de ações.

Consequentemente, o resultado (lucro ou prejuízo) por ação básico é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo de resultado (lucro ou prejuízo) por ação diluído é computado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários chave usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do resultado por ação dilutivo.

	Controladora e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(751.538)	214.197
<u>Denominador</u>		
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	270.376	268.564
Efeitos dos titulos dilutíveis Plano executivo de opção de compra de ações (em milhares)		390
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluída (em milhares)	270.376	268.954
Lucro (prejuízo) básico por ação	(2,780)	0,798
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(2,780)	0,796

Em 31 de dezembro de 2011, o resultado diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. Em 31 de dezembro de 2011 os preços de exercícios de opções de compra de ações "vested" dos planos de 2009 e de 2010 estão abaixo da cotação média de mercado do período ("in-the-money"). O plano de 2009 está "in-the-money" mesmo adicionando ao preço de exercício as despesas que serão incorridas das opções que ainda estão "vesting". No entanto em razão do prejuízo apurado no exercício de 31 de dezembro de 2011, essas ações possuem efeito não dilutivo e portanto não são consideradas na quantidade total de ações em circulação.

#### 15. Imobilizado

#### Controladora

O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves, referentes aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 101 aeronaves 737-800 Next Generation (100 aeronaves em 31 de dezembro de 2010) no valor de R\$359.515 (R\$308.494 em 31 de dezembro de 2010) e ao direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$417.163 (R\$357.757 em 31 de dezembro de 2010), ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

31/12/2011 31/12/2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos de voo				_	
Imobilizado sob arrendamento					
financeiro	4%	2.924.407	(547.173)	2.377.234	2.210.433
Peças de conjuntos de reposição e					
motores sobressalentes	4%	909.236	(176.141)	733.095	649.758
Reconfigurações/benfeitorias de					
aeronaves	30%	474.668	(221.013)	253.655	86.992
Equipamentos de aeronaves e de	2004	1 500	(051)	000	-04
segurança	20%	1.693	(871)	822	601
Ferramentas	10%	25.992	(7.605)	18.387	14.465
		4.335.996	(952.803)	3.383.193	2.962.249
Dandar					
Perdas por redução ao valor recuperável (a)		(50 652)		(50 (52)	
recuperaver (a)		(50.653) 4.285.343	(952.803)	(50.653) 3.332.540	2.962.249
		4.263.343	(932.803)	3.332.340	2.902.249
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	9.855	(6.886)	2.969	3.309
Máquinas e equipamentos	10%	43.213	(11.640)	31.573	15.744
Móveis e utensílios	10%	19.697	(9.374)	10.323	10.696
Computadores e periféricos	20%	43.250	(27.538)	15.712	14.354
Equipamentos de comunicação	10%	2.785	(1.451)	1.334	1.517
Instalações	10%	4.501	(2.647)	1.854	2.192
Centro de manutenção Confins	7%	105.971	(13.924)	92.047	93.160
Benfeitorias em propriedades de					
terceiros	20%	34.182	(19.067)	15.115	18.540
Obras em andamento	- <u> </u>	21.936		21.936	15.546
		285.390	(92.527)	192.863	175.058
	_	4.570.733	(1.045.330)	3.525.403	3.137.307
Adiantamentos para aquisição de					
imobilizado	·	365.067		365.067	323.661
		4.935.800	(1.045.330)	3.890.470	3.460.968
	<u> </u>	4.933.000	(1.045.550)	3.070.470	3.400.908

(a) Em 2011, a Companhia reconheceu o montante de R\$50.653 de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado como segue:

Na VRG foi reconhecido o total de R\$23.250, divididos em: (i) provisão para aeronave sob arrendamento (PR-VAC) de R\$5.582; (ii) itens rotáveis da frota 737-300 e financeiro de frota 767-300 no total de R\$17.668.

Na Webjet reconhecido o total de R\$27.403, sendo (i) R\$4.624 de valor justo de itens rotáveis de aeronaves reconhecidos na data da aquisição; e (ii) R\$22.779 resultante da perda ao valor recuperável das aeronaves próprias WJA, WJF, WJH, WJI, WJJ e WJK e de peças consideradas obsoletas.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo (a)	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2009	2.021.083	601.164	538.898	164.568	3.325.713
Adições	381.078	200.543	293.239	29.926	904.786
Baixas	-	(2.740)	(508.476)	(297)	(511.513)
Depreciação	(191.728)	(47.151)		(19.139)	(258.018)
Em 31 de dezembro de 2010 Adições provenientes de aquisição da Webjet	2.210.433	751.816	323.661	175.058	3.460.968
(nota explicativa nº 13)	-	65.328	-	6.264	71.592
Adições	371.262	300.915	273.984	38.576	984.737

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2011	2.377.234	955.306	365.067	192.863	3.890.470
Perdas por redução ao valor recuperável		(23.250)			(23.250)
Depreciação	(204.461)	(136.120)	-	(21.903)	(362.484)
Baixas	-	(3.383)	(232.578)	(5.132)	(241.093)

(a) As adições em 2011 representam fundamentalmente o total de custos estimados a incorrer relativos à reconfiguração e benfeitorias das aeronaves quando da sua devolução relativas a grandes manutenções em motores sob arrendamento operacional.

# 16. Intangível

#### Controladora

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo presente na controladora no valor de R\$89 refere-se a software (R\$177 em 31 de dezembro de 2010).

#### Consolidado

	Ágio		Direitos de operação em		
_	(a)	Marcas	aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	542.302	63.109	560.842	65.532	1.231.785
Adições	-	-	-	58.512	58.512
Amortizações				(23.120)	(23.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	542.302	63.109	560.842	100.924	1.267.177
Adições provenientes da aquisição da Webjet				209	209
Adições	-	-	-	73.598	73.598
Baixas	-	-	-	(8.936)	(8.936)
Amortizações	-	-	-	(26.149)	(26.149)
Valor justo provisório decorrente da					
aquisição da Webjet (nota explicativa nº 13)	_		478.058		478.058
Saldos em 31 de dezembro de 2011	542.302	63.109	1.038.900	139.646	1.783.957

<sup>(</sup>a) O ágio é proveniente da aquisição da controlada VRG em 09 de abril de 2007.

A Companhia atribuiu ao ágio para rentabilidade futura, Marcas e Direitos de operações em aeroportos como vida útil indefinida, quando da aquisição da VRG em 09 abril de 2007 e da Webjet em 03 de outubro de 2011, que são submetidos anualmente, para efeitos de teste de redução ao valor recuperável considerando como unidade geradora de caixa, as operações das controladas. O valor recuperável desses ativos foi testado para a data base de 31 de dezembro de 2011 e não identificamos perda ao valor recuperável para estes ativos.

No trimestre findo em 31 de março 2011, a Companhia implantou um novo sistema de controle de milhas, que resultou na baixa de R\$7.175 de valor residual do antigo sistema de milhas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 17. Empréstimos e financiamentos

Taxa de juros efetiva

		eletiva				
		a.a	Controladora		Consolidado	
	Vencimento	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante:	_					
Moeda nacional:						
Debêntures IV	Set, 2015	12,95%	-	-	595.160	-
Debêntures V	Jun, 2017	13,18%	-	-	493,284	_
BNDES - Repasse Safra	Out, 2014	11,50%	-	_	29.956	27.550
Santander	Out, 2012	11,63%	40.676	_	40.676	_
Citibank	Dez, 2012	11,33%	-		19.401	_
BNDES (direto)	Jul, 2012	8,66%	-	_	8.372	14.352
BDMG	Mar, 2018	8,05%	_	_	3.600	3.376
Industrial CDB	Mar, 2012	11,58%	_	_	1.250	-
Juros	,	,-,, -	_	_	23.421	19.721
			40.676	_	1.215.120	64.999
Moeda Estrangeira:						
(em US\$):						
Capital de giro	Mar, 2012	12,95%	-	_	95.894	83.803
IFC	Jul, 2013	4,54%	-	_	31,264	13.885
FINIMP	Set, 2012	2,69%	-	_	3.127	2.718
Aeroturbine	Dez, 2012	´ <b>-</b>	-	_	4.579	_
Juros	,		38.799	34.229	40.701	33.969
			38.799	34.229	175.565	134.375
			79.475	34.229	1.390.685	199.374
Arrendamento Financeiro	Dez, 2021			_	161.755	146.634
Total circulante	,		79.475	34.229	1.552.440	346.008
Não circulante:						-
Moeda nacional:						
Debêntures IV	Set, 2015	12,95%	_	_	_	593.870
Safra	Dez, 2015	14,50%	_	_	196.000	-
BNDES – Repasse Safra	Out, 2014	11,50%	_	_	42.837	70.934
BDMG	Mar, 2018	8,05%	_	_	25.851	27.332
BNDES (direto)	Jul, 2012	8,66%	_	_	-	8.372
	,	0,0070			264.688	700.508
Moeda estrangeira:						
(em US\$):						
IFC	Jul, 2013	4,54%	_	_	-	27.770
Bônus sênior I	Abr, 2017	7,50%	421.669	372.494	393.532	347.501
Bônus sênior II	Jul, 2020	9,25%	550.471	487.887	550.471	487.887
Bônus perpétuos	-	8,75%	375.160	332.935	335.768	297.944
		•	1.347.300	1.193.316	1.279.771	1.161.102
			1.347.300	1.193.316	1.544.459	1.861.610
Arrendamento Financeiro	Dez, 2021			_	1.894.549	1.533.470
Total não circulante	, -		1.347.300	1.193.316	3.439.008	3.395.080
			1.426.775	1.227.545	4.991.448	3.741.088
					, 2	2

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Controladora				
	Após 2016	Sem Vencimento	Total		
Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos):					
Bônus senior I	421.669	-	421.669		
Bônus senior II	550.471	-	550.471		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

4.447

949.560

335.768

1.544.459

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

99.313

Bônus perpétuos			<u>-</u>	375.160	375.160		
Total		9	072.140	375.160	1.347.300		
				Consolid	ado		
	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Sem Vencimento	Total
Moeda nacional:			-				
BNDES – Repasse Safra	27.841	14.996	-	-	-	-	42.837
Safra	64.813	65.632	65.555	-	-	-	196.000
BDMG	6.659	4.741	4.447	4.447	5.557	<u> </u>	25.851
	99.313	85.369	70.002	4.447	5.557		264.688
Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos):							
Bônus senior I	-	-	-	-	393.532	-	393.532
Bônus senior II	-	-	-	-	550.471	-	550.471
Bônus perpétuos						335.768	335.768
					944.003	335.768	1.279.771

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2011, são conforme segue:

85.369

	Contro	ladora	Consoli	dado
	Contábil	Mercado (a)	Contábil	Mercado (a)
Bônus sênior (I e II)	972.140	921.483	944.003	893.346
Bônus perpétuos	375.160	297.314	335.768	257.923

70.002

(a) Os valores de mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através das cotações de mercado dos instrumentos e variações na taxa de câmbio.

#### Capital de giro

Total

Em setembro de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, captou empréstimo de capital de giro no montante de R\$50.000 em moeda nacional, com taxa de 108,4% do CDI Over ao ano. Em 28 de outubro de 2011 a Companhia liquidou o referido empréstimo.

Em 21 de março de 2011, a Companhia captou empréstimo de capital de giro no montante de R\$85.000 (USD 51.121), taxa efetiva de 3,42% ao ano e vencimento em 15 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo registrado no passivo circulante era de R\$95.894.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía o montante de R\$83.803 em capital de giro com uma instituição financeira. Junto com o empréstimo, houve a contratação de uma operação de swap, alterando o custo efetivo do empréstimo para 118% do CDI-over, em moeda nacional. Esse empréstimo foi liquidado em março de 2011.

# Industrial CDB

Em fevereiro de 2010, a Companhia por meio de sua controlada indireta Webjet, captou empréstimo de capital de giro no montante de R\$ 10.000 em moeda nacional. O empréstimo tem como garantia uma aeronave e o aval da Companhia, O prazo é de 24 meses com correção de CDI + 6,17% a.a. gerando uma taxa efetiva de 11,58% a.a., sendo o vencimento da última parcela em 14 de março de 2012. Em 31 de dezembro o saldo registrado no passivo circulante era de R\$1.250.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

### IFC

Em julho de 2006, a Companhia por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida junto *ao International Finance Corporation* (IFC) no valor de R\$108.000 (US\$50.000). O financiamento teve por objetivo aquisição de peças de reposição e para capital de giro, com vencimento em julho de 2013 (prazo contratado de 6 anos com carência de 12 meses), juros calculados com base na Libor acrescida de 1,875% a.a. e garantia de penhor de peças e equipamentos de R\$7.256 (US\$4.167). Em julho de 2009, a Companhia renegociou o contrato da dívida modificando a taxa para Libor mais 3,75% a.a, gerando uma taxa efetiva em 2011 de 4,54% a.a.. Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no passivo circulante era de R\$31.264 (R\$13.885 registrado no passivo circulante e R\$27.770 registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

#### *Finimp*

Em 04 de outubro de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, captou o montante de U\$1.667, correspondendo a R\$3.091 no Banco do Brasil. O objetivo deste empréstimo foi a compra de peças para aeronaves. Este financiamento possui como garantia uma nota promissória no valor de U\$2.384 (R\$4.472). Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no passivo circulante era de R\$3.127.

Em 14 de junho de 2011, a Companhia liquidou o montante de R\$2.659, referente ao empréstimo de recursos oriundos do Banco do Brasil, em moedas estrangeiras, captados em junho de 2010.

#### BNDES (Direto)

Em 31 de julho de 2006, a Companhia contratou o financiamento do BNDES (Direto) com o principal objetivo de ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Confins, aquisição de equipamentos e materiais nacionais, aquisição de softwares nacionais, customização de softwares realizada no país e a capacitação técnica e gerencial de pessoal, visando o crescimento de sua participação no mercado de aviação civil.

A taxa efetiva para este empréstimo em moeda nacional em 31 de dezembro de 2011 foi de 8,66%. Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no passivo circulante era de R\$8.372 (R\$14.352 e R\$8.372 em 31 de dezembro de 2010 registrado no passivo circulante e não circulante, respectivamente). O financiamento exige como garantia títulos de certificado de depósito bancário no valor mínimo de R\$8.000 reconhecido como caixa restrito e a circulação de recebíveis de agências de viagens no valor de R\$16.000.

#### BDMG

Em 29 de março de 2010, a VRG, firmou nova captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$ 20.000 que também será utilizado no financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais e na construção da Oficina de Freios situado no aeroporto internacional Tancredo Neves em Lagoa Santa, Minas Gerais.

O empréstimo tem um prazo total de oito anos com carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6% a.a. O empréstimo será amortizado mensalmente no período de 60 meses a partir de abril de 2013. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária de motores. Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

passivo circulante e no não circulante era de R\$3.600 e R\$25.851, respectivamente (R\$3.376 registrado no passivo circulante e R\$27.332 registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

### BNDES Repasse – Banco SAFRA

Em 31 de março de 2010, a VRG contratou com o Banco Safra uma linha de crédito no valor total de R\$44.436 com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), programa indireto de repasse "Finame Moderniza BK". Os recursos serão destinados à modernização de turbinas em oficinas nacionais especializadas. O empréstimo tem prazo de 48 meses com seis meses de carência e o principal será amortizado mensalmente. O pagamento mensal juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,50% a.a..

Em 26 de maio de 2010, foi liberado para a VRG junto ao Banco Safra o montante de R\$23.000 cujo valor é referente à segunda parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em maio de 2014, o contrato afirma 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a..

Em 27 de setembro de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$33.705 cujo valor é referente à terceira parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em outubro de 2014, o contrato afirma 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente e garantias firmes de recebíveis de administradora de cartões de crédito. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2011 o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$29.956 e R\$42.837 (R\$27.550 e R\$70.934 em 31 de dezembro de 2010).

# <u>Citibank</u>

Em dezembro de 2009, a Webjet captou a quantia de R\$33.630 com custos de transação inclusos de R\$2.080 com o Citibank. O prazo é de 36 meses com o principal objetivo de quitar o financiamento em dólar que a Companhia obteve com a "Tribeca Aviation Partners" referente à aquisição de aeronaves. O contrato tem o juros calculado de 11,33% a.a. O empréstimo tem como garantia uma fiança bancária no valor de R\$26.550. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo registrado no passivo circulante era de R\$19.401.

#### Safra

Em dezembro de 2011, a controlada indireta Webjet possuía o montante de R\$200.000 de capital de giro, em moeda nacional, sendo R\$125.000 captados em dezembro de 2011 e R\$75.000 cuja data de vencimento foi renegociada. O empréstimo tem uma carência de 18 meses e o pagamento do total de R\$200.000 ocorrerá em seis parcelas semestrais, com 125% da taxa média diária do CDI Over, sendo o vencimento da última parcela em dezembro de 2015, com garantia de 30% da carteira de recebíveis da Webjet com a Administradora de cartão de crédito. Os custos da transação a amortizar totalizam R\$4.000. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo registrado no passivo não circulante era de R\$196.000.

# <u>Debêntures IV</u>

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia aprovou a quarta emissão pública de 600 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG com garantia da Companhia, e sem garantia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

real, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$600.000. Esta emissão teve como finalidade terceira emissão ocorrida em maio de 2009 e suprir a necessidade de capital de giro da VRG. Os custos de emissão foram R\$6.453, que compõem o montante líquido captado de R\$593.547 e o total de R\$1.613 já foram amortizados e reconhecidos no resultado do exercício. O prazo de vencimento das debêntures é de cinco anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada integralmente em 30 de setembro de 2015. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 118% do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no passivo circulante era de R\$ 595.160 (R\$593.870 em 31 de dezembro de 2010 registrado no passivo não circulante).

#### Debêntures V

Em 10 de junho de 2011, a Companhia aprovou a quinta emissão pública de 500 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$500.000. Esta emissão teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da VRG. Os custos de emissão foram de R\$7.264 que compõem o montante líquido captado de R\$492.736 e o total de R\$610 já foram amortizados e reconhecidos no resultado do exercício. O prazo de vencimento das debêntures é de seis anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada integralmente em 10 de junho de 2017. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 120% do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no passivo circulante era de R\$493.284.

### **Aeroturbine**

A Companhia por meio de sua controlada indireta Webjet, contratou os serviços da Aeroturbine Inc. com a finalidade de realizar troca dos motores que encontram-se inoperantes por motores novos e revisados. Este serviço é pago através de uma linha de financiamento com o próprio fornecedor, em dólares americanos e parcelamento em 12 meses.Não há incidência de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo registrado no passivo circulante era de R\$4.579.

# Recompra de ações de própria emissão - Santander

Em 08 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) conforme as condições abaixo, intermediada pelo Santander.

O objetivo do programa é a aquisição de ações preferenciais da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, nos termos das instruções CVM 10/80 e 390/03. As ações adquiridas poderão ter seus registros cancelados ou serem mantidas em tesouraria, período no qual perderiam seus direitos políticos e econômicos.

A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas corresponderão a no máximo 9.305.754 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, representativas de até 10% das ações em circulação no mercado, que totalizava 93.057.541 ações preferenciais em 08 de Setembro de 2011.

A Companhia implementou estas operações de acordo com o seu programa de recompra de ações na Bolsa de Valores de São Paulo BM&FBOVESPA. No contexto do programa, a Companhia adquire opções de compra sobre um certo número de ações preferenciais da Companhia e, simultaneamente, vende opções de venda em um número igual de suas ações preferenciais no mercado aberto. Uma vez que estas opções são liquidadas ao mesmo tempo em uma base líquida, elas representam um contrato sintético futuro para comprar ações preferenciais da empresa em uma data futura a um preço de exercício específico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Essas transações resultam em obrigações futuras da Companhia e são registrados, nos termos dos parágrafos 46 e 23 do *IAS* 32, como um passivo financeiro pelo valor presente dos montantes de resgate (preço de exercício). O preço de exercício é determinado com base nos preços de mercado de compra e venda da série de opção com a liquidez no mercado aberto.

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 9 de setembro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

As transações de recompra das ações da Companhia ocorreram de 12 de setembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011. A Companhia recomprou o total de 3.269.800 ações cujos vencimentos junto a instituição financeira estão entre junho de 2012 e outubro de 2012. Os prêmios pagos foram de R\$6.856 e os prêmios recebidos de R\$7.423, contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de ações em tesouraria em contrapartida a rubrica de empréstimos e financiamentos (onde são ajustados a valor presente, refletindo o preço das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2011) e serão baixados na data de exercício das opções.

Desde o inicio do programa de financiamento para recompra de ações não houve exercício das opções pelas partes envolvidas na operação.

## Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em dólares norte-americanos e estão detalhados a seguir:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
2011	-	227.174
2012	281.165	227.174
2013	292.835	227.174
2014	292.819	227.174
2015	284.205	219.576
2016	276.098	212.645
Após 2016	1.118.240	722.805
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.545.362	2.063.722
Menos total de juros	(489.058)	(383.618)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	2.056.304	1.680.104
Menos parcela do circulante	(161.755)	(146.634)
Parcela do não circulante	1.894.549	1.533.470

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,10% em 31 de dezembro de 2011 (6,23% em 31 de dezembro de 2010). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos mercantis financeiros para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2011 os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$59.552 (R\$37.407 em 31 de dezembro de 2010) estão somados a rubrica de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

### Condições contratuais restritivas

A VRG possui cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de financiamento com as seguintes instituições financeiras: IFC, BNDES, Bradesco e Banco do Brasil (Debêntures IV e V, respectivamente).

As cláusulas restritivas medidas para estes empréstimos são: (i) Dívida Líquida/EBITDAR, (ii) Ativo Circulante/Passivo Circulante, (iii) EBITDA/Serviço da Dívida, (iv) Dívida de Curto Prazo/EBITDA, (v) Liquidez Corrente e (vi) Índice de Cobertura de Dívida (ICD).

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não atingiram os parâmetros mínimos estabelecidos para os financiamentos junto ao IFC, BNDES e para as Debêntures IV e V, vinculados as cláusulas de EBITDA, em virtude do prejuízo acumulado auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A VRG mantém junto ao BNDES uma carta fiança de R\$14,5 milhões, valor este acima da dívida atual, não incorrendo assim com problemas de liquidez caso tenha que quitar as referidas dívidas.

A Companhia reclassificou o saldo de longo prazo das Debêntures IV e V para o curto prazo, visando atender a normas contábeis brasileira e internacional estabelecidas no CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e *IAS 1 – Presentation of Financial Statements*, respectivamente.

### 18. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$744.743 (R\$517.006 em 31 de dezembro de 2010) é representado por 4.245.181 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (2.270.720 em 31 de dezembro de 2.010) com prazo médio de utilização de 75 dias (95 dias em 31 de dezembro de 2010).

Conforme descrito na nota 2.3, no primeiro trimestre de 2011, a Companhia implantou um novo módulo de reconhecimento de receita do sistema ARACS e identificou uma diferença entre o saldo de transportes a executar calculado pelo ARACS e o saldo contábil acumulado registrado no antigo sistema (New Skies), no montante de R\$56.760 (R\$37.462, líquido dos efeitos tributários). Essa diferença decorre do fato de que o antigo sistema registrava a receita diferida referente as vendas *interline* de acordo com os montantes estabelecidos nos respectivos acordos, mas a baixa da receita diferida era reconhecida com base no preço regular dos bilhetes.

# 19. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro 2011, o saldo de receita diferida Smiles era de R\$71.935 e R\$214.779 classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$55.329 e R\$152.327 em 31 de dezembro de 2010). A quantidade de milhas em aberto em 31 de dezembro de 2011 correspondia a 23.004.285.890 (16.960.469.902 em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### 20. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui o montante de R\$30.252 na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante, proveniente do Acordo Operacional *Co-branded* no montante de R\$9.620 e do adiantamento da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. – "CVC", no montante de R\$20.632, conforme detalhamento a seguir. Em 31 de dezembro de 2010, os montantes registrados na rubrica de adiantamento de clientes foram de R\$24.581 e R\$33.262 classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

# Acordo Operacional - Co-Branded

A controlada VRG, firmou com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., em setembro de 2009, um Acordo Operacional de venda de milhas e direito de uso do banco de dados do programa de milhagem Smiles, relacionado à emissão de cartões de crédito no formato "Co-Branded". O prazo de vigência do contrato é de cinco anos.

A tabela a seguir resume os valores agregados referentes a esses acordos.

Venda de milhas (i)	R\$204.000
Direito de acesso ao banco de dados dos clientes do programa Smiles (ii)	R\$16.086
Direito de uso da marca Smiles nos cartões de crédito (iii)	R\$32.000
Total	R\$252.086

- (i) A venda de milhas foi registrada como "Adiantamento de clientes". O valor total recebido pela Companhia foi de R\$204.000 que representava o valor justo de milhas vendidas com base em transações de mercado semelhantes. Esses montantes são transferidos da conta de "Adiantamento de clientes" para a receita diferida de programa de milhagem, conforme os bancos solicitam a emissão de milhas a favor das contas Smiles de seus clientes. O saldo de R\$9.169 em 31 de dezembro de 2011 (R\$49.746 em 31 de dezembro de 2010) representa as milhas remanescentes que não foram creditadas para as contas de milhas dos clientes e transferidas para a receita diferida de programa de milhagem .
- (ii) Os direitos de acesso ao banco de dados dos clientes Smiles foram registrados como outros passivos correntes e não correntes. Esses montantes estão sendo reconhecidos na rubrica de outras receitas de forma linear de acordo com o período do contrato. A Companhia disponibiliza trimestralmente o banco de dados atualizado aos contratantes, conforme estabelecido no contrato.
- (iii) O direito de uso da marca Smiles nos cartões de crédito foi registrado como outras receitas em julho de 2009 uma vez que a Companhia não detinha nenhuma obrigação contratual de devolver o respectivo montante e este valor não estava associado a nenhuma prestação de serviço.

# Adiantamento CVC

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Webjet, é detentora de um adiantamento realizado em 26 de Outubro de 2011, no montante de R\$25.000, referente a um acordo firmado com a CVC, para a aquisição de passagens da Webjet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha o montante de R\$8.097 registrado na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante, referente o acordo firmado com a CVC por meio da controlada VRG, encerrado no inicio de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 21. Obrigações Fiscais

	Controladora ( BRGAAP)		Consol (IFRS e B	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS e COFINS REFIS	- 8.212	- 10.257	107.987 24.249	84.022 38.247
IRRF sobre salários	5	5	26.372	20.895
ICMS	-	-	12.602	7.165
Imposto sobre importação	-	-	3.410	3.712
CIDE	556	5	1.274	354
IOF	80	125	670	125
IRPJ e CSLL a recolher	1.433	-	8.573	779
Outros	839	10	4.534	2.613
	11.125	10.402	189.671	157.912
Circulante	3.233	719	76.736	58.197
Não circulante	7.892	9.683	112.935	99.715

### PIS e COFINS

Com o início da sistemática da não cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), a controlada VRG passou a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a aplicação da alíquota para cálculo destas contribuições. A provisão registrada no balanço em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$105.241 (R\$84.022 em 31 de dezembro de 2010) inclui a parcela não recolhida, atualizada monetariamente pela taxa SELIC. Existem depósitos judiciais no montante de R\$77.539 (R\$66.963 em 31 de dezembro de 2010) para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Em 09 de janeiro de 2012, conforme nota 31, a Companhia protocolou a desistência do referido processo judicial e aguarda apreciação e autorização da conversão dos depósitos pelo Poder Judiciário.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia reconheceu uma provisão no montante de R\$24.058, proveniente de créditos fiscais sobre as contribuições de PIS e COFINS. Durante o quarto trimestre de 2011 a Companhia revisou os critérios para apuração das contribuições de PIS e COFINS, conforme divulgado na nota 8, e compensou integralmente o valor provisionado com os créditos apurados na revisão.

## Adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS)

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e sua controlada VRG protocolaram sua adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS), conforme previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, incluindo todos os seus débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimentos até 30 de novembro de 2008.

A Administração optou pelo pagamento dos débitos no montante de R\$11.610 para a GLAI e R\$35.012 para a VRG em 180 parcelas. Essa modalidade de pagamento oferece reduções de 60% (sessenta por cento) dos valores relativos à multa de ofício e de mora, 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e 20% (vinte por cento) de multas isoladas, reduzindo o valor do débito para R\$10.257 e R\$27.990 para a GLAI e VRG, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011. A Companhia e sua controlada VRG utilizaram parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para liquidação dos valores relativos a juros e multas no montante de R\$1.637 e R\$8.013 para a GLAI e VRG, respectivamente.

A Companhia e sua controlada VRG vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, desde a consolidação de sua dívida, realizada em junho de 2011.

#### 22. Provisões

	Consolidado					
	Provisão para seguros	Provisão para devolução antecipada de aeronaves	Devolução de aeronaves e motores	Contratos onerosos	Processos judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	31.070	-	33.287	9.885	70.636	144.878
Adições provenientes de aquisição da Webjet (nota explicativa nº 13)	1.938	-	39.662	-	2.245	43.845
Provisões adicionais reconhecidas	38.251	26.263	167.504	15.393	6.218	253.629
Provisões realizadas	(47.760)	-	(59.409)	(25.278)	(3.155)	(135.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.499	26.263	181.044		75.944	306.750
Em 31 de dezembro de 2010						
Circulante	31.070	-	21.227	3.669	-	55.966
Não circulante	-	-	12.060	6.216	70.636	88.912
	31.070		33.287	9.885	70.636	144.878
Em 31 de dezembro de 2011						
Circulante	23.499	16.252	35.817	-	-	75.568
Não circulante	-	10.011	145.227	-	75.944	231.182
	23.499	26.263	181.044		75.944	306.750

#### Contratos Onerosos

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada VRG, reverteu a totalidade de provisão de contratos onerosos, referente a duas aeronaves modelo Boeing 767-300, em virtude da transferência das aeronaves e assunção das parcelas vincendas dos contratos de arrendamentos mercantis operacionais com base no acordo estratégico de longo prazo firmado com a Delta Airlines, Inc..

#### Provisão para devolução antecipada de aeronaves Webjet

Em 2011, de acordo com o planejamento estratégico da Webjet, foi constituída provisão para devolução antecipada de aeronaves. Esta provisão foi calculada com base no fluxo de devolução de 14 aeronaves referente contratos de arrendamentos operacionais, das aeronaves modelo Boeing 737-300, como parte da renovação da frota da Companhia. As devoluções antecipadas das aeronaves estão previstas para ocorrer entre 2012 e 2013 e os vencimentos originais dos contratos de arrendamento estão entre 2012 a 2014. Em 31 de dezembro de 2011 o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$16.252 e R\$10.011 respectivamente.

# Devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução considera os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, sem opção de compra, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

contratos de leasing, cuja contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado, nota explicativa 15.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia registrou uma provisão adicional proveniente do aumento nos custos incorridos na devolução de aeronaves e motores em comparação aos valores previamente estimados.

### Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas são partes em 23.267 de processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações das controladas VRG e da controlada indireta Webjet) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue da seguinte maneira.

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais	13.026	656	13.682
Cíveis administrativas	1.638	20	1.658
Cíveis diversos	48	-	48
Trabalhistas judiciais	4.178	3.618	7.796
Trabalhistas administrativas	81	2	83
Total	18.971	4.296	23.267

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos de voos, cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável\_estão demonstrados a seguir:

21/12/11

21/12/10

	31/12/11	31/12/10
Cíveis	34.101	29.786
Trabalhistas	41.843	40.850
	75.944	70.636

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$33.221,em 31 de dezembro de 2011, de para as ações cíveis e R\$16.019 para as ações trabalhistas (R\$10.681 e R\$7.530 em 31 de dezembro de 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia era parte em 03 (três) ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas da antiga Varig S.A. O valor envolvido nas discussões, não provisionado, é de aproximadamente R\$5.112 (correspondendo a €2,1 milhões). Inicialmente a Companhia era parte de 04 (quatro) ações trabalhistas, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia obteve sentença favorável (decisão de primeira instância) a não sucessão em 01 (uma) das ações.

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A administração entende que a ausência da caracterização da circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$205.102 (R\$193.173 em 31 de dezembro de 2010) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparadas em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores. Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

# 23. Patrimônio líquido

# a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está representado por 270.390.004 ações, sendo 137.032.734 ações ordinárias e 133.357.270 ações preferenciais (270.336.668 ações em 31 de dezembro de 2010, sendo 137.032.734 ações ordinárias e 133.303.934 ações preferenciais). O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária é como segue:

	31/12/2011				31/12/2010	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	22,21%	61,63%	100,00%	26,98%	63,99%
Delta Airlines, Inc	-	6,22%	3,07%	-	-	-
Wellington Management Company	-	5,04%	2,49%	-	0,05%	0,02%
Fidelity Investments	-	5,27%	2,60%	-	-	-
Ações em tesouraria	-	2,79%	1,38%	-	0,34%	0,17%
Outros	-	1,50%	0,74%	-	1,42%	0,70%
Mercado	-	56,97%	28,09%	-	71,21%	35,12%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro 2011 é de R\$4,0 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 22 de fevereiro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento do capital social em R\$626, mediante a emissão de 32.487 ações preferenciais.

Em 10 de maio de 2011, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital no montante de R\$181 mediante a emissão de 15.480 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em função dos exercícios do plano de compra de opção de ações.

Em 21 de dezembro de 2011, em reunião do Conselho de Administração foi aprovado aumento de capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

no montante de R\$38, mediante a emissão de 3.138 ações preferenciais, decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do Plano de Opções.

Nesta mesma data, foi aprovado aumento do capital social de R\$295.795 milhões, com possibilidade de homologação parcial, mediante a emissão privada de 13.445.235 ações sendo 6.825.470 ordinárias e 6.619.765 ações preferenciais. Esta operação permanece em aberto durante o primeiro semestre de 2012, em virtude do exercício do direito de preferência pelos acionistas titulares de ações da Companhia para a subscrição das ações decorrentes do aumento de capital sujeito à homologação. Junto a este aumento de capital foi inserido a operação de capitalização mediante investimento da Delta Air Lines, Inc. ("Delta"), com a aquisição de 8.300.455 (oito milhões, trezentas mil, quatrocentas e cinqüenta e cinco) ações preferenciais da Companhia, adquiridas do Fundo Volluto, mediante conversão destas ações em ADR's (American Depositary Receipts). O Fundo Volluto, realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$182.610 (US\$100.000), valor recebido com a transferência de suas ações para a Delta, com o objetivo de recompor sua posição acionária. Este adiantamento está vinculado ao aumento de capital em 8.300.455 ações (oito milhões, trezentas mil, quatrocentas e cinqüenta e cinco), equivalente a 6.825.469 (seis milhões, oitocentas e vinte cinco mil, quatrocentas e sessenta e nove) ações ordinárias e 1.474.986 (um milhão, quatrocentas e setenta e quatro, novecentas e oitenta e seis) ações preferenciais, ao preço de R\$22,00 (vinte e dois reais).

A Companhia realizou um acordo comercial, como parte da aliança com a Delta, seu novo acionista, envolvendo code-share (compartilhamento de voos), permitindo a Delta colocar sua marca em mais voos da Companhia no Brasil, Caribe e América do Sul, e a Companhia colocar sua marca em serviços da Delta entre Brasil e Estados Unidos, e a partir dos Estados Unidos para outros destinos, ampliando opções de voos para clientes de ambas empresas e expandindo seu alcance da malha. Além disso, o acordo tem como objetivo otimizar a conexão dos voos e alinhar serviços e benefícios a clientes dos programas de milhagem SMILES e Sky Miles, entre outras sinergias.

A cotação das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondeu a R\$12,44 e US\$6,63 na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011 é de R\$8,24 (R\$10,83 em 31 de dezembro de 2010).

# b) Reserva de Lucros

#### i. Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após realização de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07, limitada a 20% do capital social, de acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal foi realizada para absorção de prejuízos do exercício no montante de R\$49.833.

#### ii. Reserva para reinvestimento

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que destina a aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

O saldo de 31 de dezembro de 2011, da reserva de lucros para reinvestimento no valor de R\$479.699 foi revertida na sua totalidade, contra prejuízos acumulados para fazer face ao cumprimento do artigo 189 da Lei 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos em dinheiro somente de lucros retidos não apropriados e certas reservas registradas nos registros contábeis da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, não foram reconhecidos dividendos a pagar aos acionistas da Companhia em virtude do prejuízo apurado no exercício.

#### d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 3.724.225 ações em tesouraria, totalizando R\$51.377, com valor de mercado de R\$46.329 (R\$11.887 em ações com valor de mercado de R\$11.792 em 31 de dezembro de 2010).

Em atendimento ao disposto no art.4º item IV da Instrução CVM 390/03, o quadro abaixo demonstra as mutações ocorridas na quantidade de ações existentes em tesouraria:

	Ações em tesouraria	Recompra de ações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	454.425	-	454.425
Recompra de ações por exercício das opções (a)	-	3.269.800	3.269.800
Saldo em 31 de dezembro de 2011	454.425	3.269.800	3.724.225

(a) Ações adquiridas através do programa de recompra, vida nota explicativa nº 17.

# e) Remuneração baseada em ações

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da reserva de remuneração baseada em ações era de R\$68.602. A Companhia registrou uma despesa com remuneração baseada em ações no montante de R\$24.875 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo com pessoal (R\$24.743 em 31 de dezembro de 2010).

#### f) Outros resultados abrangentes

A marcação a valor justo das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários, até o vencimento dos contratos. O saldo em 31 de dezembro de 2011 corresponde a uma perda de R\$79.268 (ganho de R\$11.073 em 31 de dezembro de 2010).

# 24. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora (BRGAAP)				
	31/12/2011 31/12/2010				
	Total	%	Total	%	
Com pessoal	(27.137)	(70)	(26.373)	(70)	
Prestação de serviços	(7.807)	<b>(20)</b>	(6.660)	(18)	
Depreciação e amortização	(89)	(0)	(89)	(0)	
Outras despesas	(3.927)	(10)	(4.566)	(12)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(3	8.960)	(100)	(37.688)	(100)

		C	onsolidado (IFRS e			
			31/12/2011			
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas), operacionais	Total	%
Com Pessoal	(1.312.444)	(90.436)	(157.556)	-	(1.560.436)	20,0
Combustíveis e Lubrificantes	(3.060.665)	-	-	_	(3.060.665)	39,3
Arrendamento de Aeronaves	(505.058)	_	_	_	(505.058)	6,5
Seguro de Aeronaves	(31.921)	_	_	_	(31.921)	0,4
Material de Manutenção e Reparo	(434.181)	-	-	-	(434.181)	5,6
Prestação de Serviços	(240.931)	(76.187)	(167.524)	-	(484.642)	6,2
Comerciais e Publicidade	· · · · · · -	(402.568)	-	-	(402.568)	5,2
Tarifas de Pouso e Decolagem	(395.249)	-	-	-	(395.249)	5,1
Depreciação e Amortização	(332.236)	-	(63.571)	-	(395.807)	5,0
Outras despesas, líquidas.	(333.370)	(108.829)	(181.252)	21.738	(601.713)	7,8
Deságio na aquisição de controlada	-	-	-	88.428	88.428	(1,1)
	(6.646.055)	(678.020)	(569.903)	110.166	(7.783.812)	100,0
		C	onsolidado (IFRS e			
			31/12/2010			
			_	Outras		
	Custos dos	_	Despesas	receitas		
	serviços	Despesas	administrativas	(despesas),		•
	prestados	comerciais		operacionais	Total	%
Com Pessoal	(1.026.467)	(85.009)	(140.926)	-	(1.252.402)	19,9
Combustíveis e Lubrificantes	(2.287.410)	-	-	-	(2.287.410)	36,4
Arrendamento de Aeronaves	(555.662)	-	-	-	(555.662)	8,8
Seguro de Aeronaves	(47.757)	-	-	-	(47.757)	0,8
Material de Manutenção e Reparo	(422.950)	- (54.025)	(1.62.00.6)	-	(422.950)	6,7
Prestação de Serviços	(213.490)	(54.935)	(162.096)	-	(430.521)	6,9
Comerciais e Publicidade	(221 822)	(367.757)	-	-	(367.757)	5,9
Tarifas de Pouso e Decolagem	(331.882)	-	(45.050)	-	(331.882)	5,3
Depreciação e Amortização	(235.636)	_	(45.968)	_	(281.604)	4,5
Outras despesas, líquidas.	(289.264)	(83.376)	49.626	19.307	(303.707)	4,8

(a) Em 31 de Dezembro, a Companhia reconheceu uma receita proveniente do deságio da compra da Webjet no valor de R\$88.428, maiores detalhes vide nota de combinação de negócios.

(299.364)

19.307

(6.281.652)

100

(591.077)

# 25. Receita de vendas

a) A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	31/12/2011 31/12/2010			
Transporte de passageiros	6.947.195	6.500.784		
Transportes de cargas e outras	<b>925.492</b> 802.632			
Receita bruta	<b>7.872.687</b> 7.303.416			
Impostos incidentes	(333.379)	(323.969)		
Receita líquida	<b>7.539.308</b> 6.979.447			

(5.410.518)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A receita por segmento geográfico é como segue:

	Conso	Consolidado (IFRS e BRGAAP)				
	31/12/2011	%	31/12/2010	%		
Doméstico	7.000.001	92,8	6.548.069	93,8		
Internacional	539.307	7,2	431.378	6,2		
Receita líquida	7.539.308	100	6.979.447	100,0		

### 26. Resultado Financeiro

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
Receita financeira	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Ganhos com instrumentos derivativos	-	3.731	264.143	41.513	
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de					
investimentos	14.590	19.434	147.508	103.906	
Variações monetárias	4.031	2.257	15.919	5.931	
Descontos obtidos	-	-	3.530	3.911	
Juros sobre adiantamento aquisição aeronave	-	9.902	-	9.902	
Outros	13.901	<u> </u>	46.424	18.744	
	32.522	35.324	477.524	183.907	
Despesas Financeiras					
Perdas com instrumentos derivativos	-	(14.152)	(316.568)	(158.535)	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(112.197)	(88.190)	(414.430)	(297.256)	
Comissões e despesas bancárias	(6.080)	(8.655)	(24.648)	(21.818)	
Descontos concedidos	-	-	-	(38.033)	
Variações monetárias	-	-	(8.687)	(6.477)	
Outros	(28.701)	(9.315)	(70.208)	(19.636)	
	(146.978)	(120.312)	(834.541)	(541.755)	
Variação cambial líquida	(122.153)	14.524	(398.897)	46.549	
-	, , , , , , , , ,		, , , , ,		
TOTAL	(236.609)	(70.464)	(755.914)	(311.299)	

# 27. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía com a Boeing 91 pedidos firmes, 10 direitos de compra e 40 opções de compra concedidas em caráter não oneroso, para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$15.780.007 (correspondendo a US\$8.412.414) e estão segregados conforme os exercícios abaixo.

	31/12/2011
2012	896.087
2013	2.938.786
2014	4.341.879
2015	3.740.135
2016	3.207.569
Após 2016	655.551

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

15.780.007

Em 31 de dezembro de 2011, em complemento dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$1.991.402, a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme períodos abaixo.

	31/12/2011
2012	443.909
2013	537.137
2014	501.975
2015	407.115
2016	94.634
Após 2016	6.632
	1.991.402

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Ex-Im Bank dos Estados Unidos ("Exim") corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros, exceto por 6 aeronaves próprias da controlada indireta Webjet. Em 31 de dezembro de 2011, a frota total arrendada era composta de 144 aeronaves (sendo 124 da VRG e 20 da Webjet), dentre as quais 99 eram arrendamentos mercantis operacionais e 45 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 39 aeronaves financeiras que possuem opção de compra. Durante o período de três meses findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia recebeu 3 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil, sendo 1 financeira e 2 operacionais e houve devolução de 1 aeronave 737-700. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia recebeu 9 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil, sendo 6 financeiras e 3 operacionais e houve devoluções de 8 aeronaves, sendo: (i) 4 aeronaves 737-300; (ii) 3 aeronaves 767-300; e (iii) 1 aeronave 737-700.

### a) Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis são indexados em dólares norte-americanos e estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
2011	-	504.784
2012	594.976	481.109
2013	517.326	414.202
2014	341.486	261.098
2015	205.631	149.637
2016	157.231	107.221
Após 2016	452.831	252.912
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.269.481	2.170.963

#### b) Transações com sale-leaseback

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía os montantes de R\$7.564 e R\$15.931,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

respectivamente, na rubrica de outras obrigações do passivo circulante e não circulante (R\$7.564 e R\$23.495 em 31 de dezembro de 2010), correspondentes a ganhos com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc., em 2006, de oito aeronaves 737-800 *Next Generation*. Esse ganho está sendo diferido proporcionalmente aos pagamentos mensais dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais pelo prazo contratual de 124 meses.

Nesta mesma data, possuía na rubrica de despesa antecipada no ativo circulante e não circulante os montantes de R\$9.373 e R\$44.828, respectivamente (R\$9.373 e R\$54.201 em 31 de dezembro de 2010), correspondentes a perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves, durante os anos de 2007, 2008 e 2009, que estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apurou ganho de R\$21.738, reconhecidos diretamente no resultado do exercício (R\$17.765 de ganhos e R\$3.155 de perdas em 31 de dezembro de 2010), tendo em vista que a apuração de ganhos e perdas com *sale-leaseback* não se compensavam ao longo do contrato de arrendamento mercantil.

### 28. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que parte desses instrumentos financeiros são instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (hedge) dos riscos inerentes à operação. A Companhia e suas controladas consideram como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros. Estes riscos são mitigados através da utilização de derivativos do tipo swaps, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros feita pela administração tem uma diretriz formal, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, determinada periodicamente pelo Comitê de Políticas Financeiras e de Riscos e submetida ao Conselho de Administração. O Comitê estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos. Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação.

A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis e de taxa de câmbio possuem cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos no momento de sua liquidação, as quais estão apresentadas nas tabelas ao decorrer desta nota explicativa.

As descrições dos saldos contábeis consolidados e as categorias dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão identificadas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurado amortiz		Mensurados a valor justo mas não por meio do resultado (Ativos disponíveis para venda)		
	31/12/2011		31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	1.230.287		1.955.858	-	-	-	-
Aplicações financeiras	1.009.068	(c)	-	-	-	-	22.606
Caixa restrito	109.095		34.500	-	-	-	-
Ativos com operações de derivativos	4.213		10.420	-	-	-	-
Contas a receber	-		-	354.134	303.054	-	-
Depósitos	-		-	455.127	127.963	-	-
Outros créditos	-		-	57.758	57.246	-	-
Prêmios de hedge	11.572		23.334	-	-	-	-
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-		-	4.991.448	3.741.088	-	-
Fornecedores	-		-	414.563	215.792	-	-
Obrigações com derivativos	115.432	<b>(b)</b>	1.646	-	-	-	-

- (a) A Companhia entende que seus valores justos se aproximam dos valores contábeis, excetos pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.
- (b) A Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$79.268 no Patrimônio liquido como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida deste passivo.
- (c) A Companhia gerencia suas aplicações financeiras como mantidas para negociação para suprir suas despesas operacionais.

### **Riscos**

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (em especial, preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar o seu desempenho financeiro.

As decisões da Companhia e suas controladas sobre a parcela de exposição a ser protegida contra risco financeiro, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção.

A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando, portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista, no mínimo, trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Risco.

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

# a) Risco do preço de combustível

Em 31 de dezembro de 2011 os gastos com combustível representaram 40% dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com as variações no preço do petróleo cru e de seus derivados.

Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia e suas controladas contratam derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia utilizava contratos de opções, colar e swap.

As operações que envolvem hedge de combustível são designadas como hedge de fluxo de caixa e,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

contratadas por intermédio das contrapartes classificadas como "investment grade" ou realizadas na bolsa NYMEX.

#### b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia e suas controladas ao risco de moeda estrangeira decorrem principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira.

As receitas da Companhia e suas controladas são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolívares da Venezuela entre outros.

Para mitigar o risco de taxa de câmbio a Companhia e suas controladas contratam os seguintes instrumentos financeiros derivativos de moeda: futuros e opções de dólar norte americano executados na bolsa BM&F-BOVESPA. Essas operações podem ser realizadas por meio dos fundos de investimento exclusivos, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está demonstrada a seguir:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		<del>-</del>		
Caixa e aplicações financeiras	38.458	123.640	237.668	218.909
Depósitos	-	-	455.127	127.963
Prêmios de hedge	-	-	11.572	-
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	30.382	33.322
Créditos com empresas relacionadas	593.817	616.606	-	-
Outros		14.679	6.588	14.679
Total do ativo	632.275	754.925	741.337	394.873
Passivo		<del>-</del>		
Fornecedores estrangeiros	-		32.270	27.831
Empréstimos e financiamentos	1.386.099	1.227.545	1.455.336	1.371.323
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	1.996.752	1.639.981
Outros arrendamentos mercantis a pagar	-	-	59.552	37.407
Provisão para devolução de aeronaves	-	-	181.044	-
Obrigações com empresas relacionadas	222.725	133.376	-	-
Outras obrigações em dólar	<u>-</u> _		7.616	46.435
Total do passivo	1.608.824	1.360.921	3.732.570	3.122.977
Exposição cambial em R\$	976.549	605.996	2.991.233	2.728.104
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento	1.991.402	1.943.880	1.991.402	1.943.880
operacional	1.991.402	1.943.880	1.991.402	1.943.000
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra	15.780.007	16.427.824	15.780.007	16.427.824
de aeronaves	13.700.007	10.427.024	13.760.007	10.427.024
Total	17.771.409	18.371.704	17.771.409	18.371.704
Total da exposição cambial R\$	18.747.958	18.977.700	20.762.642	21.099.808
Total da exposição cambial US\$	9.994.647	11.389.809	11.068.686	12.663.431
Taxa de câmbio(R\$/US\$)	1,8758	1,6662	1,8758	1,6662

### c) <u>Risco de taxa de juros</u>

Os resultados da Companhia e de suas controladas estão expostos às flutuações nas taxas de juros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e *Libor*, respectivamente. A maior exposição está nas operações de arrendamento mercantil, indexadas pela *Libor*, e nas dívidas locais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, para *hedge* de taxa de juros, a Companhia e suas controladas detinham operações de *swap* contratados com contrapartes classificadas como "*investment grade*".

## d) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente das atividades operacionais e financeiras da Companhia e suas controladas, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários.

O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da Companhia e suas controladas, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e governamentais, ficando uma pequena parte exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades.

Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia e suas controladas, tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo *de "investment grade"* na avaliação feita pelas agências S&P e Moodys, ou na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA e *NYMEX*), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas estabelece um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras.

# e) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Politica de Gestão de Caixa da Companhia e suas controladas estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfolio de investimento. Em 31 de dezembro de 2011, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 22 dias e do passivo financeiro era de 5 anos.

A Companhia e suas controladas utilizam para proteção dos compromissos futuros, divulgados na nota explicativa nº 27, instrumentos financeiros derivativos com bancos de primeira linha para fins de administração de caixa.

## f) Gerenciamento de capital

A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2011	31/12/2010	
Patrimônio total	2.227.753	2.929.169	
Caixa e equivalentes de caixa	(1.230.287)	(1.955.858)	
Caixa restrito	(109.095)	(34.500)	
Aplicações financeiras	(1.009.068)	(22.606)	
Empréstimos e financiamentos	4.991.448	3.741.088	
Dívida líquida (a)	2.642.998	1.728.124	
Capital Total (b)	4.870.751	4.657.293	
Taxa de alavancagem (a) / (b)	54% 37%		

O aumento da taxa de alavancagem ocorreu, principalmente, em função da redução no patrimônio líquido, decorrente dos prejuízos acumulados auferidos no ano de 2011 e adicionalmente pelo aumento da dívida bruta total, ambos parcialmente compensados pelo aumento na posição de caixa total.

A Companhia e suas controladas permanecem comprometidas a manter o valor de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito de curto e longo prazo próximo de 25% da receita líquida dos últimos doze meses.

#### **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Descrição	Conta no balanço	31/12/2011	31/12/2010
Ativos com operações de derivativos (ativo)	Outros créditos e valores	4.213	10.420
Obrigações em operações com derivativos (passivo)	Obrigação com operações de derivativos	115.432	1.646
Prêmios de hedge	Despesas antecipadas	11.572	23.334

A Companhia e suas controladas adotam o *Hedge Accounting* e em 31 de dezembro de 2011, os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de taxa de juros e preço do combustível estavam classificados como "*hedge* de fluxo de caixa" (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38, 39 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional *IAS* 39.

### Classificação dos Instrumentos financeiros derivativos

### i) Hedge de Fluxo de Caixa

No *hedge* de fluxo de caixa, a Companhia e suas controladas protegem a variação de receita ou despesa futura proveniente das variações de taxa de câmbio, de taxa de juros ou do preço do combustível, e contabiliza as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge*.

A Companhia e suas controladas estimam a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do preço no custo ou despesa protegidos.

Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no período em que o custo ou despesa objeto do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

hedge impacta resultado. Os resultados do hedge de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício.

# ii) Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos que formalmente não são designados para a contabilidade de proteção. Estas situações ocorrem quando as operações contratadas são de curto prazo, não compensando a complexidade do controle e divulgação, ou quando a variação do valor justo do derivativo deve ser reconhecida no resultado no mesmo período dos efeitos do risco protegido.

# Designação dos objetos de hedge

### a) *Hedge* de combustível

Em virtude da baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação (*Jet Fuel*) negociados em bolsas de mercadorias, a Companhia e suas controladas contratam derivativos de petróleo cru e seus derivados (*WTI*, *Brent* e *Heating Oil*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços do petróleo têm alta correlação com os preços de combustível de aviação.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos designados como *cash flow hedge* de combustível, realizados na *Nymex* e em mercados de balcão (OTC).

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de petróleo da Companhia e suas controladas estão sumariados a seguir:

Saldo final em:	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo ao final do exercício (R\$)	(9.217)	33.205
Prazo médio (meses)	2	4
Volume protegido para exercícios futuros (mil barris)	3.631	2.109
Ganhos (perdas) com efetividade do $hedge$ reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	(20.898)	10.586

Período encerrado em:	2011	2010
Ganhos com efetividade do hedge reconhecidas em custos operacionais (R\$)	-	215
Ganhos (perdas) com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em receitas (despesas)		
financeiras (R\$)	24.360	(7.666)
Ganhos (perdas) com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em receitas (despesas)		
financeiras para competências futuras (R\$)	(23.583)	(43.762)
Total de ganhos (perdas) com inefetividade do hedge reconhecidas como receitas		
(despesas) financeiras (R\$)	777	(51.428)
Percentual da exposição protegida durante o exercício	43%	45%

A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos contratados para proteger as despesas futuras de combustível, a taxa média contratada dos derivativos e percentuais da exposição protegida de combustível por exercício de competência em 31 de dezembro de 2011:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Fator de risco de mercado: Preço do combustível

Mercado de balcão

	1T12	2T12	3T12	4T12	Total
Percentual da exposição de combustível protegido	48%	41%	27%	20%	34%
Volume nominal em barris (mil)	1.984	1.687	1.162	861	5.694
Taxa contratada a futuro por barril (US\$) *	124,71	122,20	113,16	101,60	118,11
Total em Reais **	464.109	386.699	246.652	164.088	1.261.549

<sup>\*</sup> Média ponderada dos strikes de calls.

### b) Hedge de câmbio

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de dólar norte-americano realizados junto á BM&FBOVESPA tendo um fundo de investimento exclusivo como veículo para a contratação.

Em setembro de 2011 a Administração, frente a um cenário econômico futuro, decidiu suspender, temporariamente, a proteção cambial do fluxo de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros ou fiança bancária vinculados a depósitos de margem.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos derivativos de câmbio designados como *cash flow hedge* de dólar americano. As perdas com inefetividade do hedge reconhecidas durante exercício de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão apresentadas a seguir:

Saldo final em:	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo ao final do exercício (R\$)	-	109
Prazo remanescente mais longo (meses)	-	4
Volume protegido para períodos futuros (US\$)	-	65.000
Período encerrado em:	2011	2010
Perdas com efetividade do hedge reconhecidos em custos e despesas	_	_
operacionais (R\$)	_	_
Ganhos (perdas) com inefetividade do hedge reconhecidas em receitas	823	(22.464)
(despesas) financeiras (R\$)	020	(22)
Ganhos (perdas) com inefetividade do hedge reconhecidas em receitas	(530)	(28.269)
(despesas) financeiras para competências futuras (R\$)	(220)	(=====)
Total de ganhos (perdas) com inefetividade do hedge reconhecidas como	293	(50.733)
receitas (despesas) financeiras (R\$)		(30.733)
Percentual da exposição protegida durante o exercício	4,20%	21%

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos derivativos de câmbio designados como *fair value hedge* de dólar americano. As perdas com efetividade do hedge reconhecidas em despesas financeiras para o exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 (em milhares, exceto quando indicado) estão apresentadas a seguir:

Saldo final em:	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo ao final do exercício (R\$)	_	(6.645)

<sup>\*\*</sup> Taxa de câmbio em 31/12/11 era de R\$1.8758/ US\$1.00.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Leasing Financeiro (US\$)	-	984.264
Volume protegido (US\$)	-	388.750
Percentual atual da exposição protegida		39%

Exercício encerrado em:	2011	2010
Perdas com efetividade do hedge reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	(34.130)	(15.819)

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas detêm o seguinte instrumento derivativo para proteger contra oscilações do dólar americano, não designado para *hedge accounting:* swap cambial (USD x CDI) firmado para proteger um capital de giro. A tabela abaixo demonstra os valores reconhecidos no resultado financeiro referente a este tipo de operação:

Exercício encerrado em:	2011	2010
Ganhos (perdas) reconhecidos em receitas (despesas) financeiras	2.618	(7.709)

### c) Hedge de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas detêm instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* designados como *cash flow hedge* de taxas de juros *Libor* no valor nocional de US\$505 milhões. A posição dos contratos derivativos de juros *Libor* está apresentada a seguir:

Saldo final em:	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo ao final do exercício (R\$)	(88.440)	-
Valor nominal ao final do exercício (US\$)	505.181	-
Valor nominal ao final do exercício (R\$)	947.618	-
Perdas reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	(58.370)	-
Exercício encerrado em:	2011	2010
Ganhos (perdas) com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em receitas (despesas) financeiras (R\$)	(279)	

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas detinham posição em contratos derivativos de juros Libor não designados como *hedge accounting* no valor nocional de US\$31 milhões. A tabela abaixo demonstra os valores reconhecidos no resultado financeiro referente a essas operações:

Exercíci	o encerra	do em:					2011	2010
Ganhos	(perdas)	reconhecidas	em	receitas	(despesas)	-	(21.704)	(5.754)
financeir	as						(21.704)	(3.734)

# Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de apresentar 25% e 50% de variação positiva e negativa no principal fator de risco de cada instrumento financeiro e, consequentemente, o impacto de tais variações sobre as receitas e despesas financeiras da Companhia caso tais variações ocorressem.

As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os quadros, a seguir, demonstram a análise de sensibilidade para os riscos de mercado e instrumentos financeiros, considerados relevantes pela Administração da Companhia, posição em aberto em 31 de dezembro de 2011 e com base nos cenários acima descritos.

### Consolidado

#### I) Fator de risco combustível

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia detém contratos de derivativos de petróleo tipo WTI, Brent e Heating Oil, totalizando 3.631 mil barris, com vencimentos entre janeiro a dezembro de 2012.

Instrumento	Risco	Valores Expostos	-50% Cenário Adverso Remoto	-25% Cenário Adverso Possível	Cenário Provável
	WTI	(R\$ 775)	(R\$ 12.154)	(R\$ 5.662)	R\$ 0
	Heating Oil	(R\$ 9.566)	(R\$ 43.624)	(R\$ 21.185)	R\$ 0
Derivativo de Combustível	Brent	R\$ 1.106	(R\$ 334.088)	(R\$ 156.209)	R\$ 0
	Queda na curva dos preços do Combustível	(R\$ 9.235)	(R\$ 389.866)	(R\$ 183.056)	R\$ 0
		WTI	US\$ 49.29/bbl	US\$ 73.93/bbl	US\$ 98.58/bbl
		НО	US\$ 61.07/bbl	US\$ 91.60/bbl	US\$ 122.13/bbl
		Brent	US\$ 53.86/bbl	US\$ 80.79/bbl	US\$ 107.72/bbl

# II) Fator de risco câmbio

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia detém contrato de derivativo de dólar no valor nocional de US\$51.122 com vencimento em março de 2012, e ativos e passivos indexados ao dólar, totalizando US\$1.594.644, em exposição cambial, equivalente a R\$2.991.233.

				Consolidado			
		Variações adicionais no saldo contábil					
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2011	-50% 31/12/2011	-25% 31/12/2011	Cenário Provável 31/12/2011	25% 31/12/2011	50% 31/12/2011
Ativos e passivos em dólar	Dólar	(R\$ 2.991.233)	R\$ 1.495.617	R\$ 747.808	R\$ 0	(R\$ 747.808)	(R\$ 1.495.617)
Derivativo de dólar	Dólar Taxa de câmbio	R\$ 4.213	(R\$ 47.947) R\$0,9379/US\$	(R\$ 23.974) R\$1,4069/US\$	R\$ 0 R\$1,8758/US\$	R\$ 23.974 R\$2,3448/US\$	R\$ 47.947 R\$2,8137/US\$

# III) Fator de risco juros

				Consolidado			
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2011	-50% 31/12/2011	-25% 31/12/2011	Cenário Provável 31/12/2011	25% 31/12/2011	50% 31/12/2011
Aplicações e Empréstimos Financeiros	CDI	R\$ 732.805	(R\$ 1.131)	(R\$ 566)	R\$ 0	R\$ 566	R\$ 1.131
Derivativo de juros	Libor	(R\$ 96.229)	(R\$ 72.873)	(R\$ 36.436)	R\$ 0	R\$ 36.436	R\$ 72.873
Empréstimos e Arrendamento Financeiro	Libor	(R\$ 375.911)	R\$ 1.613	R\$ 807	R\$ 0	(R\$ 807)	(R\$ 1.613)
Empréstimos	TJLP	(R\$ 81.549)	R\$ 192	R\$ 96	R\$ 0	(R\$ 96)	(R\$ 192)
Empréstimos	IPCA	(R\$ 29.804)	R\$ 176	R\$ 88	R\$ 0	(R\$ 88)	(R\$ 176)

# **Controladora**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# I) Fator de risco câmbio

Em 31 de dezembro, a Companhia detém ativos e passivos indexados ao dólar, totalizando US\$ 520.604, em exposição cambial, equivalente a R\$976.549.

			(	Controladora (BRGAAP)			
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2011	-50% 31/12/2011	-25% 31/12/2011	Cenário Provável 31/12/2011	25% 31/12/2011	50% 31/12/2011
Ativos e passivos em dólar	Valorização do dólar	(R\$ 976.549)	R\$ 488.275	R\$ 244.137	R\$ 0	(R\$ 244.137)	(R\$ 488.275)
Taxa de câmbio considerada			R\$0,9379/US\$	R\$1,4069/US\$	R\$1,8758/US\$	R\$2,3448/US\$	R\$2,8137/US\$

## **IFRS**

Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia e suas controladas e sobre o seu patrimônio líquido considerando:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constantes todas as demais variáveis:
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros Libor, mantendo-se constante todas as demais variáveis;

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários relevantes aos riscos acima citados e em aberto. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o risco é valorizado em 10%.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, com base nos cenários acima descritos:

#### Combustível:

	Posição em 31 de d	ezembro de 2011	Posição em 31 de dezembro de 2010		
Aumento / (redução) no preço de combustível (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	
10	(294,6)	(186,0)	(225,8)	(121,8)	
(10)	294.6	180,6	225,8	139.4	

## Câmbio - Dólar:

	Posição em 31 de dezembro de 2011		Posição em 31 de dezembro de 2010	
Valorização /	Efeito no Lucro	Efeito no	Efeito no Lucro	Efeito no
(desvalorização) em	antes do IR (R\$	patrimônio	antes do IR (R\$	patrimônio
dólar US/R\$	milhões)	líquido (R\$	milhões)	líquido (R\$

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(taxa porcentagem)		milhões)		milhões)
10	(385,7)	(254,5)	(237,0)	(156,4)
(10)	385,7	254,5	237,0	156,4

Taxa de Juros - Libor	:
-----------------------	---

	Posição em 31 de dezembro de 2011		Posição em 31 de dezembro de 2010	
Aumento / (redução) na Taxa Libor (taxa porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(0,5)	8,7	(0,1)	0,0
(10)	0,5	(9,4)	0,1	0,0

A sensibilidade da Companhia e suas controladas ao preço do combustível aumentou durante o exercício corrente em relação ao exercício anterior, devido ao aumento no consumo de combustível.

A sensibilidade ao dólar aumentou com relação ao efeito no lucro e com relação ao efeito no patrimônio líquido, devido ao aumento das despesas vinculadas ao dólar.

Em relação à taxa *Libor*, a sensibilidade com relação ao efeito no patrimônio líquido aumentou devido ao aumento do volume nocional de proteção.

#### Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- a) Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- b) Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- c) Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2011.

Instrumento Financeiro	Valor Contábil	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)
Equivalentes de Caixa	1.230.287	1.230.287
Aplicações Financeiras	1.009.068	1.009.068
Caixa Restrito	109.095	109.095
Obrigações com operações de derivativos (passivo)	115.432	115.432
Ativos com operações de derivativos	4.213	4.213
Prêmios de hedge	11.572	11.572

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

# 29. Transações que não afetaram o caixa

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas aumentaram o seu imobilizado sob arrendamento financeiro no montante de R\$371.262 (R\$292.892 em 31 de dezembro de 2010) e efetuou recompra de ações financiadas, no montante de R\$40.676, transações estas que não afetaram seu caixa no exercício e aumentou o seu intangível pela capitalização da renovação da licença de uso do sistema integrado da Companhia em R\$41.994, líquido.

Em 03 de outubro de 2011, com a compra da Webjet, a Companhia adquiriu o acervo líquido de R\$131.871, como parte das suas adições no exercício que não afetaram o caixa.

# 30. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	Em reais	Em dólar
Garantia – Casco/Guerra	8.263.655	4.405.403
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	4.689.500	2.500.000
Estoques (base e trânsito)	281.370	150.000
Franquia	6.096	3.250
Perda total	9.379	5.000

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar, eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente a partir de 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida.

# 31. Eventos Subsequentes

Em 16 de março de 2012, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou a realização de um novo modelo para o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. No exercício de 2011, por motivo de revisão do plano atual, não foi realizada a outorga em dezembro e transferida para o 1º semestre de 2012que está em processo de elaboração.

Em 15 de março de 2012, a Companhia obteve autorização a não declaração do vencimento antecipado e/ou aplicação de qualquer penalidade sobre o descumprimento de suas clausulas contratuais restritivas. Esta desobrigação da Companhia foi deliberada em Assembleia Geral de Debenturistas das quarta e quinta emissões de debêntures. Em decorrência desta autorização, em 26 de março de 2012 (data da divulgação desta Demonstração Financeira) a Companhia encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura das debêntures.

Em 3 de fevereiro de 2012 a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou em 26 de janeiro de 2012 o período para exercício do direito de preferência para subscrição das ações a serem emitidas em razão do aumento de capital da Companhia aprovado por seu Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de dezembro de 2011. Desta operação, restaram não subscritas 5.120.974 (cinco milhões, cento e vinte mil, novecentas e setenta e quatro) ações preferenciais ("Sobras") das 6.825.470 (seis milhões, oitocentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e setenta) ações ordinárias e 6.619.765 (seis milhões, seiscentas e dezenove mil, setecentas e sessenta e cinco) ações preferenciais emitidas. Aos acionistas, inclusive aos detentores de ADRs e aos cessionários dos direitos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

de subscrição das ações, que manifestaram seu interesse na reserva das Sobras nos seus respectivos boletins de subscrição, tiveram o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de 06 de fevereiro de 2012, sendo seu termo final em 10 de fevereiro de 2012, inclusive ("Período de Subscrição das Sobras"), para a subscrição das Sobras. O preço de subscrição das Sobras foi de R\$22,00 (vinte e dois reais) por ação, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

Em 09 de janeiro de 2012 a Companhia protocolou, junto ao poder judiciário, a desistência do processo judicial na qual questiona a alíquota do PIS e da COFINS, conforme mencionado na nota explicativa nº 21. A desistência e autorização da conversão dos depósitos judiciais a favor da Fazenda pública encontram-se em apreciação pelo Judiciário.